

PERSPECTIVAS DE VIDA DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

TEEN LIFE PROSPECTS IN CAPITALIST SOCIETY

MARCELLA CASTELHANO*

MAYARA FERRAZOLI**

EGLI MUNIZ***

RESUMO

Trata-se de um estudo realizado com adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência da pobreza, participantes do Projovem Adolescente e do Grupo de Adolescentes, ambos ofertados no CRAS do município de Macatuba, denominado Grupo A, e com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida do município de Itapuí, denominado Grupo B. Teve como objetivo geral: comparar as perspectivas de vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco e como objetivos específicos: caracterizar os serviços onde se inserem, levantar o perfil e suas perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos; identificar quais fatores influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida. Caracterizou-se como um estudo exploratório, numa abordagem qualiquantitativa, cujos instrumentais são a entrevista orientada por formulário e gravador, bem como análise documental. Os resultados apontam que no Grupo A predomina o sexo feminino e no Grupo B o sexo masculino, em ambos os grupos os adolescentes

PALAVRAS CHAVE: Política de Assistência Social. Vulnerabilidade e risco. Juventude.

* Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Doutora Egli Muniz.

** Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Doutora Egli Muniz.

*** Possui graduação em Serviço Social - ITE (1967), mestrado em Serviço Social - UNESP (1998) e doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (2003), com foco na gestão da política de assistência social. Coordenadora e Professora no Curso de Serviço Social, do Centro Universitário de Bauru (ITE) e Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas. Foi Secretária Municipal de assistência social da Prefeitura Municipal de Bauru na gestão 2005-2008. Atua na capacitação de equipes de órgãos gestores bem como Conselhos de Assistência Social.

estudam, sendo que os adolescentes do Grupo A gostam de estudar, estão inseridos em cursos profissionalizantes e pretendem cursar ensino superior, acreditando em um futuro melhor através dos estudos e do trabalho. Opostamente os adolescentes do Grupo B não gostam de estudar, vivendo o momento presente sem a preocupação com o futuro, apresentando sonhos limitados. As escolhas e perspectivas de vida são influenciadas pela sociedade, família, território de moradia e amigos.

ABSTRACT

This article will explore a study of adolescents at risk and vulnerability due to poorness, they are participating of Projovem Adolescente and Teen Group, both offered by CRAS in the city of Macatuba, called Group A, and also teenagers who participate of Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida in the city of Itapuí, called Group B. The general goal is to compare the life prospects of adolescents and the specific objectives are distinguish the services which these adolescents are participating; raise their profile and expectations about work and studies; finally, identify the factors that influence their choices and life prospects. Characterized as an exploratory study, a qualitative and quantitative approach, whose instruments are interviews guided by a questionnaire form and voice recorder, and documentary analysis. The results show that in Group A predominantly female and in Group B males, in both groups adolescents have attend classes, although adolescents from Group A are study like, inserted in vocational courses and want to achieve higher educational degree, believing in a better future through their studies and work. Opposed adolescents of Group B do not enjoy studying, living the present moment without concern for the future, with limited dreams. The choices and life prospects are influenced by society, family, place of residence and friends.

KEYWORDS: Social Assistance Policy. Vulnerability and risk. Youth.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de significativas transformações, pois é o momento de transição da infância para a vida adulta, onde ocorrem mudanças físicas, o que é mais visível, além de mudanças no campo intelectual, afetivo e social. Esta é também uma fase onde o meio em que vivem e a posição social influenciam no seu desenvolvimento, escolhas e ações e apesar dos grupos de amigos terem grande importância, a família ainda é sinônimo de referência e apoio.

Segundo o educador e psiquiatra Içami Tiba, “a adolescência é um segundo parto. É um nascer da família para entrar na sociedade. É pertencer a um novo grupo social, a turma de iguais ou pares”.

Vivemos em uma sociedade capitalista cuja necessidade de consumo é exacerbada. Sociedade esta que se preocupa com o *status*, com a posição social das pessoas, ou seja, com o que elas têm e não com quem são. Nesse sentido, como forma de não se sentirem excluídos da sociedade e dos grupos de amigos, adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência da pobreza buscam formas de suprir suas necessidades e desejos. Muitas vezes param de estudar e são inseridos precocemente no mundo trabalho, por influência também da própria família, como alternativa para complementação da renda familiar.

Devido à inexperiência e a falta de qualificação profissional, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho é grande, sendo o ato infracional, como o roubo e o tráfico de drogas, por exemplo, uma forma que estes adolescentes encontram para suprir suas necessidades e de sua família, ocorrendo muitas vezes sem pensar nas consequências futuras.

É comum que os pais ou responsáveis de tais adolescentes não tenham clareza quanto à necessidade e a importância do estudo na vida dos mesmos, tanto para o trabalho propriamente dito, quanto para a vida pessoal, pois em sua maioria não tiveram acesso ao estudo ou oportunidade de completá-lo devido a necessidade de trabalhar precocemente. Por outro lado, existem aqueles que apesar de terem vivenciado essa mesma situação reconhecem tal importância, desejando que os filhos estudem para que tenham melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Atualmente a juventude é um tema em destaque na Agenda Social do Governo Federal, que objetiva reduzir a pobreza e a desigualdade, erradicar a fome e a promoção da autonomia e da inclusão social das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Com o intuito de conhecer e comparar as perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência da pobreza que cometeram ato infracional ou não, bem como os fatores que influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida, realizou-se este estudo no período de Fevereiro a Outubro de 2010, com adolescentes participantes do Projovem Adolescente e do Grupo de Adolescentes no município de Macatuba, denominado Grupo A, e com adolescentes em cumprimento de Medida

Socioeducativa de Liberdade Assistida no município de Itapuí, denominado Grupo B.

O estudo teve como objetivo geral: comparar as perspectivas de vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, e como objetivos específicos: caracterizar os serviços onde se inserem, levantar seu perfil e suas perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos; identificar quais fatores influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida.

A hipótese partiu do pressuposto de que os adolescentes do Grupo A acreditam na melhoria de vida através do trabalho, portanto, estão buscando cada vez mais cursos profissionalizantes, bem como a conclusão dos estudos para então serem inseridos no mercado de trabalho que se encontra cada vez mais seletivo e excludente, pois, apesar da grande oferta de empregos, procuram-se pessoas qualificadas, sendo o estudo indubitavelmente o principal aliado a essa qualificação tão desejada pelo mercado. Opostamente, os adolescentes do Grupo B, não veem no estudo e no trabalho uma perspectiva de mudança, cometendo assim atos infracionais a fim de suprir suas necessidades e de sua família com mais facilidade. Com isso se desinteressam e não se motivam para buscarem uma vida melhor. Concomitante, em muitos casos, esses adolescentes não são incentivados pela própria família a buscarem uma melhoria de vida, possivelmente pela própria situação em que vivem, num contexto muito propício a criminalidade.

A pesquisa foi realizada em nível exploratório, com levantamento bibliográfico e realização de entrevistas para coleta de dados, o que possibilitou maior compreensão e aproximação da realidade pesquisada.

A abordagem utilizada foi a qualiquantitativa, com ênfase na subjetividade dos sujeitos, envolvendo também dados estatísticos.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação assistemática, entrevista junto aos adolescentes com o uso de formulário contendo perguntas abertas e fechadas, gravador para garantir a veracidade das informações e análise dos Planos Municipais de Assistência Social de Macatuba e Itapuí, bem como os depoimentos pessoais.

As entrevistas com o Grupo A foram realizadas no CRAS de Macatuba e com os adolescentes do Grupo B na Secretaria de Ação Social e Cidadania de Itapuí.

O pré-teste dos instrumentos foi aplicado no mês de junho com oito sujeitos, para verificação da pertinência do instrumental de coleta de dados, não havendo necessidade de alteração.

O universo estudado corresponde a 40 adolescentes do Grupo A, sendo que a amostra da pesquisa realizada com este Grupo refere-se a 25 adolescentes, com a utilização da amostragem não probabilística intencional.

Quanto ao Grupo B o universo corresponde a seis adolescentes, sendo todos pesquisados, caracterizando como amostra censitária. Portanto, considerando os dois grupos, 31 adolescentes foram pesquisados.

Este estudo é de grande relevância para as instituições (CRAS e Secretaria de Ação Social e Cidadania), para a sociedade, e para o serviço social, visto que se realizou uma comparação entre as perspectivas de vida dos adolescentes que cometeram ato infracional e os que não cometeram, possibilitando a descoberta de grandes contradições, o que possibilitará encontrar novas estratégias de intervenção na realidade visando a busca por alternativas de enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco e o incentivo a autonomia e ao protagonismo juvenil, superando preconceitos e contribuindo para a promoção e inclusão social dos adolescentes.

Além desta introdução, o segundo capítulo trata da fundamentação teórica do estudo, discorrendo primeiramente a respeito da questão social na sociedade capitalista, em seguida sobre o adolescente e a família no contexto de vulnerabilidade e risco, e finalmente sobre o adolescente, a escola e o mundo do trabalho.

No terceiro capítulo apresenta-se o cenário da pesquisa, caracterizando primeiro o cenário do Grupo A e em seguida o cenário do Grupo B, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho.

O quarto e último capítulo apresenta a análise dos dados empíricos através de três eixos: perfil dos sujeitos da pesquisa; composição familiar e aspecto socioeconômico; escolaridade, trabalho e perspectivas de vida.

Finalmente, os principais resultados são apresentados, concluindo assim o estudo.

2 A ADOLESCENCIA E AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO DECORRENTES DA POBREZA

Neste capítulo, será apresentada uma breve contextualização a respeito da questão social na sociedade capitalista. A seguir será enfatizado o adolescente em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência da pobreza, bem como suas relações com a escola e com o mundo do trabalho.

2.1 A questão social na sociedade capitalista

A questão social surgiu na sociedade capitalista no século XIX, na Europa Ocidental, vinculada às transformações sociais, políticas e econômicas advindas da revolução industrial.

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2000, p.45).

Portanto, as expressões da questão social são advindas do sistema capitalista e da contradição capital/trabalho, e é da relação contraditória entre as classes sociais que se originam as desigualdades sociais, culminando o aparecimento dos “*possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade*” (Marx, 2002, p. 110)

As desigualdades e contradições decorrentes das relações de produção no sistema capitalista, podem ser percebidas claramente principalmente no que diz respeito a procura por

emprego, a conquista por uma vaga em uma universidade, entre outras questões, onde as oportunidades nem sempre são iguais para as diferentes classes.

Schwartzman (2004, p.181) aponta que:

(...) a desigualdade de renda no Brasil é considerada uma das mais altas do mundo, evocando a imagem de um país dividido entre uma pequena elite de altos rendimentos e uma grande população vivendo miseravelmente.

Grande parte da população brasileira vive em condições precárias enquanto que uma pequena parcela desfruta de boas condições de vida. Aqueles que possuem poder aquisitivo acumulam vantagens e aqueles que vivem em situações precárias acumulam desvantagens, produzindo assim, cada vez mais desigualdades sociais.

Yazbeck (2006, p. 63) enfatiza que “a pobreza brasileira constitui-se de um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão e na subalternidade”.

O mundo do trabalho sofreu significativas transformações na sociedade capitalista, devido as novas formas de gestão e organização e as novas tecnologias, onde grande parte dos trabalhadores perderam seus empregos e muitos não conseguem a inserção no mercado de trabalho que se encontra cada vez mais excludente e competitivo.

O desemprego e a precarização do trabalho têm repercussões na vida dos trabalhadores, pois a perda de trabalho os desqualifica também no plano cívico e político, e os enquadra numa condição na qual impera, para aqueles que ainda estão empregados, o medo da demissão; o que os faz viver sem expectativas em seu horizonte de vida. Alencar (2004, p.75).

Portanto, a insegurança passa a fazer parte da vida do trabalhador brasileiro, que não tem clareza a respeito do seu futuro, no que se refere às condições de trabalho.

Iamamoto (2003, p. 14) ressalta que:

(...) o decréscimo relativo do capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei da população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo.

Existem poucos empregos para muitas pessoas, ou nenhum para as pessoas desqualificadas, gerando assim “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista”. (IAMAMOTO, 2003, p.15).

A mesma autora (2003, p.13) ainda contribui quando afirma que:

A forma específica de valor – a forma mercadoria e seu fetiche – entram tanto nas relações de circulação, quanto aqueles que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de mistificação e retificação, submetendo as relações entre os homens com relações entre coisas.

Marx (2002, p. 111) complementa ressaltando que:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais

barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Atualmente o mercado de trabalho exige pessoas qualificadas, que tenham curso técnico ou superior, conhecimento de línguas estrangeiras e informática, entre outras qualificações que atendam às necessidades das organizações. Portanto, aqueles que vivem em situações precárias acabam ficando excluídos, pois além de não possuírem as qualificações exigidas pelo mercado, muitas vezes não possuem meios ou oportunidades para adquiri-las. A própria falta de renda dificulta na obtenção da mesma.

(...) frente ao aumento da desigualdade, face ao crescimento da concentração de renda e frente à acentuação das desigualdades entre o capital e o trabalho, e entre o trabalho qualificado e o trabalho precário, certamente não apenas não diminuirá a pobreza como aumentará o número de pobres. (SOARES, 2003 p.65).

Schwartzman (2004, p.13) ressalta que:

Ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo a seus cidadãos. Isto pode ser uma consequência de processos de exclusão, pelos quais setores, antes incluídos, foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais, o acesso ao emprego, renda e

benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade.

Nota-se, portanto, que quanto maior o índice de desigualdade entre as classes sociais, maior também o índice de pobreza. Iamamoto (2001) ressalta que:

(...) a pobreza não é apenas resultado da má distribuição da renda social, mas sim ligada a produção, e, mais especificamente, a distribuição dos meios de produção. Em outras palavras, tem relação com a condição coletiva da produção em discordância com sua apropriação privada, sendo esta então a contradição fundamental da sociedade capitalista.

Conforme a mesma autora (2003, p. 17):

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Yazbek (2006, p. 83) quando fala dos excluídos e subalternizados, afirma que:

Marcados por um conjunto de carências, muitas vezes desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, buscam, na prestação de serviços sociais públicos, alternativas para sobreviver.

Com o intuito de minimizar as desigualdades, manter o equilíbrio social, e remediar os danos causados pelo capitalismo, o Estado busca alternativas com ênfase nas políticas sociais para o enfrentamento da pobreza.

Kaloustian (2002, p. 107) enfatiza que:

(...) a complementação da renda familiar é um meio e não um fim. Portanto, deve estar associada ao conjunto de programas/serviços oferecidos pela política social com vistas a proteção social e ao desenvolvimento de condições para auto sustentação do grupo familiar. Enquanto meio supõe um conjunto de ações e um processo que deve ser acompanhado e supervisionado.

Programas de distribuição de renda como o Bolsa Família, têm diminuído consistentemente o índice de desigualdade social, a fome, a evasão escolar e a taxa de mortalidade infantil devido ao cumprimento de condicionalidades referentes a escola, a saúde e a assistência social, para o recebimento do benefício. Porém apesar das grandes mudanças ocorridas nos últimos anos, o Brasil ainda continua sendo um dos países mais desiguais do mundo.

Nota-se, portanto, a necessidade de políticas sociais que realmente contribuam para o enfrentamento da pobreza, melhoria da qualidade de vida das pessoas, e para o desenvolvimento da autonomia das famílias empobrecidas, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa.

Segundo Sbaraglini e Paccola (2009, p. 10):

(...) somente o repasse de renda às famílias não se constitui como uma proposta que viabilize a superação das vulnerabilidades sociais, embora necessário e até mesmo imprescindível para o atendimento de algumas de suas necessidades básicas e o enfrentamento da pobreza.

A cada ano são ampliados os benefícios para atender cada vez mais famílias, deixando assim de melhorar os já existentes.

Para Schwartzman (2004, p.27) enquanto os especialistas que trabalham com números, dentro e fora do governo, apontam as grandes iniquidades na distribuição de benefícios sociais no Brasil e defendem a necessidade de uma reforma que distribua melhor os recursos existentes e atenda de preferência aos mais necessitados, muitos políticos, e a opinião pública como um todo, não consideram esse o problema central, preferindo enfatizar a necessidade de ampliar os benefícios de poucos para todos.

Portanto, observa-se que ainda hoje existe a preocupação em ampliar os benefícios para a população, dificultando a realização de um trabalho que possibilite que as pessoas já beneficiárias reflitam de forma crítica e democrática sobre a realidade em que vivem buscando meios para mudar tal realidade. Indubitavelmente as políticas sociais são uma forma de reduzir os impactos da desigualdade social, tão presentes no país, porém deve-se pensar em políticas que realmente visem à autonomia e emancipação dos sujeitos.

Conforme Alencar (2004, p. 65):

(...) as estratégias de combate à pobreza têm que necessariamente interferir nas relações de mercado, uma vez que é no mercado que se originam as condições de desigualdade social no capitalismo, contribuindo profundamente para a reprodução dos mecanismos de exclusão social.

Schwartzman (2004, p.189) ressalta que:

Não há solução a curto prazo para os problemas da pobreza no Brasil. Para que a pobreza seja vencida, são necessários: vontade política e compromisso com os valores da igualdade social e dos direitos humanos; uma política econômica adequada, que gere recursos; um setor eficiente, competente e responsável no uso dos recursos que recebe da sociedade; e políticas específicas nas áreas da educação, da saúde, do trabalho da proteção à infância e do combate à discriminação social, entre outras.

E conforme o mesmo autor (2004, p.27):

Na percepção da maioria da população, os direitos sociais lhe são devidos independentemente da existência ou não de recursos e condições adequadas para satisfazê-los. Por isso, as grandes desigualdades que existem hoje entre os diferentes grupos sociais – por exemplo, as aposentadorias generosas dos funcionários públicos, ou a educação superior gratuita para os filhos das classes mais ricas – não são vistas como uma injustiça social, mas como uma limitação que deveria ser superada pela expansão dos direitos já conquistados por alguns aos direitos ainda a conquistar dos demais.

É notável que a sociedade capitalista favorece as camadas mais ricas da população, ficando as camadas mais pobres destituídas de seus direitos básicos.

Com relação a educação por exemplo, jovens que sempre estudaram em escolas particulares com melhor qualidade, são inseridos em universidades públicas com mais facilidade, sendo que aqueles que sempre estudaram em escolas públicas, com menos recursos e péssimas condições de infraestrutura acabam tendo que se esforçar para pagar um curso superior. Dificilmente a escola pública brasileira prepara o jovem para a vida e para o mercado e trabalho.

As transformações decorrentes do sistema capitalista, ocorridas nos últimos tempos, ocasionaram sem dúvidas o surgimento de inúmeras expressões da questão social afetando diretamente o contexto familiar e consequentemente a juventude brasileira.

(...) as mudanças sociais nas últimas décadas, e em particular na última década, modificaram profundamente o cenário social no qual se movem as famílias. Cumpre pois, refletir, se a família, no atual contexto da sociedade brasileira, tem condições efetivas para funcionar como anteparo social. Alencar (2004 p. 64).

Para Kaloustian (2002, p. 12) “É consenso que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país”.

A situação de vulnerabilidade vivida pelos adolescentes tratada na presente pesquisa se refere a baixa qualidade de vida, ao desprovido de poder aquisitivo, a falta de oportunidades referentes ao trabalho e aos estudos, entre outras expressões da questão social, sendo as situações de risco associadas a violência e a criminalidade, o que será abordado nos capítulos a seguir.

2.2 O adolescente e a família no contexto de vulnerabilidade e risco

A família brasileira sofreu significativas transformações no decorrer do tempo, atualmente o conceito de família não é entendido somente pela união de pessoas com laços consanguíneos, mas também por laços de afetividade.

As pesquisas sobre família no Brasil têm mostrado a diversidade na sua organização, tanto no que se refere à composição quanto no que diz respeito às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior.

Do ponto de vista formal, a composição da instituição doméstica funda-se nos laços de parentesco criados por relações de alianças estabelecidas pelo casamento – ou mesmo por uniões consensuais – e por vínculos de descendência e de consangüinidade. Carvalho et al. (2002. p.74)

Losacco (2005, p. 64) complementa que:

(...) essa nova concepção se constrói, atualmente, baseada mais no afeto do que nas relações de consangüinidade, parentesco ou casamento. É construída por uma constelação de pessoas interdependentes girando em torno de um eixo comum.

O desenvolvimento das ciências humanas e sociais, o movimento de mulheres, o consumismo, o advento da pílula anticoncepcional, e o desenvolvimento da mídia, são fatores que influenciaram de forma efetiva nas transformações da instituição família.

Com a luta por igualdade de direitos entre os sexos as mulheres passaram a buscar seu espaço no mercado de trabalho, pela conquista da independência financeira.

Hoje as mulheres são mais seguras e independentes financeiramente. Antigamente cabiam-lhes os cuidados dos filhos, da família e dos afazeres domésticos e a contribuição na agricultura e artesanato, cabendo aos homens a manutenção da família economicamente.

Como consequência de tais transformações, surgem diferentes tipologias de família. Segundo Carvalho et al. (2002. p. 35):

(...) pode-se especular sobre as implicações e significações das separações e recasamentos e sobre as concepções de família e parentesco, pois surgem novos *status* familiares aos quais correspondem novos papéis e que ainda não dispõem de dominação em nossa classificação de parentesco.

Em consequência das transformações ocorridas no contexto familiar, observa-se um índice elevado de separações entre os casais nas famílias contemporâneas, sendo que os filhos acabam muitas vezes perdendo os vínculos afetivos com aqueles que não convivem mais diariamente. Do ponto de vista de Tiba (2005, p. 185)

(...) os filhos não são propriedade de nenhum dos pais. Eles continuam filhos e os vínculos pais - filhos e mães - filhos teriam que permanecer, pois filhos são para sempre, mesmo que os pais deixem de ser cônjuges.

Embora os vínculos entre pais e filhos tenham que permanecer, muitas vezes aquele que não ficou com a guarda da criança ou do adolescente, acredita que seu único dever enquanto pai ou mãe é o pagamento da pensão, sendo que muitos, nem mesmo com esse dever cumprem. De acordo com Kaloustian (2002, p. 12) a família:

(...) é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

Sobre a ausência dos adultos, advinda do acúmulo ou busca do trabalho entre outros fatores, Losacco (2005, p.73), pontua que:

Decorre daí uma disponibilidade escassa de tempo para as relações pessoais, principalmente no âmbito familiar. Essa

ausência, mesmo que involuntária, leva o adolescente/ jovem a estabelecer outros laços em sua comunidade, muitas vezes bastante desviantes. Nesses últimos casos, acolhidos ou incentivados pela “comunidade marginal”, é nesse tipo de relação que adquirem respeitabilidade, autoestima, habilidades e autonomia, elementos fundamentais na formação de sua identidade. A onipotência, a criatividade e o imediatismo, próprios desta fase da vida, ficam a serviço de comportamentos de risco.

Na adolescência, é comum a convivência com os amigos ser mais importante do que a convivência com a família, mas o adolescente ainda precisa de cuidado e proteção dos pais ou responsáveis. Porém, muitos correm riscos em suas próprias casas e são vítimas de violência e maus-tratos muitas vezes decorrentes do alcoolismo, entre tantas outras expressões da questão social; o que tendem a reproduzir, pois assim como na infância, ainda são influenciados pelos exemplos que recebem. Segundo Losacco (2005, p.66) “esse período da vida é composto de momentos de particular complexidade, os quais deixam marcas que advêm de registros vivenciais”.

De acordo com o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Porém, muitos fatos são omitidos pela própria família, podendo ser a própria que comete a ação contra a criança e o adolescente.

A família contribui efetivamente na formação da personalidade do adolescente, tendo também o papel socializador, devendo promover a construção da cidadania. Segundo Tiba (2005, p. 85), “para desenvolver a cidadania, ele (adolescente) tem que aprender que o que é bom e/ ou cômodo para um, não pode prejudicar os outros. O filho já tem que começar a praticar a cidadania familiar dentro da própria casa”.

Conforme o mesmo autor “a família sempre foi, é, e continuará sendo o principal núcleo afetivo de qualquer ser humano. Na família nasce o ser. O adolescente parte em busca da identidade social”. Tiba (2005, p. 121)

Petrini (2003) acrescenta que “no decorrer da evolução histórica, a família permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a socialização das pessoas”.

O adolescente provoca uma verdadeira revolução em seu meio familiar e social, e isto cria um problema de gerações nem sempre bem resolvido. Enquanto ele passa por uma adaptação para a fase adulta, seus pais vivem a ruptura do equilíbrio do desempenho do papel de pais de criança, para adquirirem, também com mais ou menos esforço e sofrimento, um novo papel, o de pais de adolescente, situação que lhes exigirá novas respostas. Losacco (2005, p. 69)

Zagury (1996, p. 117), pontua que:

O jovem tem que se separar, se independentizar dos pais e, de alguma forma, a melhor maneira que encontram para executar uma tarefa tão difícil (já que são as figuras mais importantes na vida dos filhos até o momento) é, muitas vezes, destruindo a imagem de perfeição que, do nascimento até então, eles têm sobre seus pais.

Os adolescentes muitas vezes criticam os pais, acreditando que não precisam mais dos mesmos para o enfrentamento de suas dificuldades, porém os vínculos afetivos com a família não podem ser fragilizados, pois é a família quem deve apoiá-los sempre que necessário.

(...) embora os meios de divulgação e mesmo alguns profissionais da área da infância e da juventude enfatizarem que a instituição família encontra-se em um processo de desestruturação, de desagregação ou de crise. Temos que ter claro que, mesmo aquelas que apresentam problemas, ela é

ainda um “porto seguro” para os jovens e as crianças. Losacco (2005, p.64)

Carvalho et al. (2002, p.18) complementa que:

Hoje se retoma a família como ancoragem principal na socialização de seus membros (particularmente crianças e adolescentes) e na garantia de vínculos relacionais que previnam os riscos de isolamento social.

Portanto, observa-se que nem sempre a família oferece os aportes necessários para a socialização e para a prática da cidadania, principalmente aquelas em situação de pobreza, que lutam pela sobrevivência, destituídos de seus direitos sociais, privados de escolaridade, moradia digna, atendimento médico-hospitalar, trabalho formal e segurança pública.

Desde Freud, família, em especial, a relação mãe-filho, tem aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como *locus* potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento. Carvalho (2002. p.23)

Sem as necessidades básicas satisfeitas pela família, os adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco buscam outras formas de supri-las, pois nesta fase de transição para a vida adulta o adolescente passa a fazer parte da sociedade, deixando a família de lado para conviver por mais tempo com os grupos de amigos, sendo influenciados e precisando ser “aceitos” por tais grupos, que também sofrem influências, principalmente pelos meios de comunicação em massa que impõem “necessidades” e desejos que na verdade não são

essenciais a vida dos seres humanos, mas que passam a ser importantes a partir do momento que possuir tal produto passa a ser sinônimo de *status*, por exemplo.

Campos (1991, p. 143) afirma que:

A formação da identidade tem uma função dupla: psicológica e social. Por um lado, a construção da identidade surge da necessidade de o indivíduo organizar e compreender a sua individualidade e de uma forma consistente e sem contradições. Por outro lado, é um processo social que surge de pressões externas para que o indivíduo escolha e invista em papéis familiares, profissionais e sociais, o que lhe dá um estatuto e posição na sociedade.

“Ademais, os novos valores, divulgados pela mídia, definem situações e não comportamentos. Homens da meia-idade, e atrás deles jovens, são cada vez mais atraídos pela busca incessante dos bens materiais, e são escravos do mais”. CHALITA (2001, p.30).

Para o psicólogo americano Abraham Maslow, as necessidades dos seres humanos obedecem a uma hierarquia, sendo que, no momento em que o indivíduo supre uma necessidade, surge outra em seu lugar, exigindo sempre que as pessoas busquem meios para satisfazê-la. Os níveis hierárquicos são dispostos em uma gradação de importância pelo grau de urgência. Porém é importante diferenciar desejo de necessidade. De acordo com o dicionário HOUAISS et al. Desejo é o ato ou efeito de desejar; aspiração humana diante de algo que corresponda ao esperado; aspiração humana de preencher um sentimento de falta ou incompletude; querer, vontade. Necessidade significa a qualidade do que é necessário, do inevitável, do útil e/ou imprescindível.

O adolescente em situação de pobreza também possui desejos, principalmente por vivermos em uma sociedade capitalista cuja necessidade de consumo é exacerbada.

Atualmente, vivemos em um mundo de incertezas, onde as atitudes são imediatas, perante as necessidades que são emergentes, diante desta realidade o jovem tem que ser referência de si mesmo, e acaba sendo protagonista de suas práticas e acontecimentos circunstanciais.

Para Kaloustian (2002, p. 79):

O sentido das necessidades básicas das famílias pobres deve suplantar a mera visão biologistica e incluir outras como psicológicas, sociais e éticas, de autoestima, de uma relação significativa com os outros, de crescimento da própria competência ou de uma participação na definição do significado de sua vida pessoal e das demais.

A exclusão social, principalmente pela baixa renda ou ausência dela, torna os adolescentes vulneráveis, onde, pela falta de oportunidade e preparação para a vida, não lhes sobram alternativas, sendo essa situação agravada pela violência crescente a cada dia. Kaloustian (2002, p. 57), afirma que:

A luta cotidiana pela sobrevivência retira dos jovens a perspectiva de futuro. Precisam ser instituídas medidas que apoiem as famílias em suas lutas para vencer o limiar de pobreza que ameaça o vínculo.

Devido à dificuldade de se encontrar um emprego, principalmente pela própria condição em que vivem, o adolescente em situação de vulnerabilidade e risco procura satisfazer seus desejos e necessidades através da criminalidade, arriscando-se também por consequência do uso abusivo de substâncias psicoativas, ou até mesmo pelo que a família lhes proporciona.

O contraste entre a riqueza e a pobreza no Brasil, suscita maior ressentimento. “O menor infrator que rouba uma carteira para comprar um tênis ou comida pode sentir também a sensação de revanche ou de vingança por ter ludibriado um ‘bacana’, tê-lo feito passar de otário” (CARMO, 2001, p. 18).

Atualmente, os adolescentes estão se arriscando mais, não são mais tão “medrosos” como antigamente, mas apesar de se desenvolverem fisicamente com mais rapidez, não possuem responsabilidade suficiente para assumirem seus comportamentos.

Tiba (2005, p. 71) comenta sobre a adolescência afirmando que “do ponto de vista biológico, a adolescência está começando cada vez mais cedo. Talvez um a dois anos antes do que a geração dos pais. Do ponto de vista psicológico, no entanto tudo está mais complicado”.

Antigamente os adolescentes assumiam maiores responsabilidades, como o trabalho e os cuidados da casa e dos irmãos mais novos, por exemplo, sendo tratados como adultos. Atualmente a visão é outra, o adolescente deve ser tratado com respeito na sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, mas sem esquecer suas limitações.

2.3 O adolescente, a escola e o mundo do trabalho

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo Art. 4º impõe que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Kaloustian (2002, p. 57) afirma que “o processo de profissionalização não pode impedir o jovem de estudar e, principalmente, não pode impedi-lo de construir um projeto de vida”.

O trabalho é dignificante, mas não pode ser escravizador. É preciso ter sempre a precaução contra os males advindos da fadiga. O trabalho precisa ser dosado, alternado com o lazer, com atividades físicas, culturais, sociais. Não se diria que o trabalho deve ser alternado com o prazer porque o trabalho em si deve ser prazeroso. Chalita (2001, p. 52)

Conforme a Lei nº 10.097, de dezembro de 2000, que trata da proteção do trabalho da criança e do adolescente, em seu Art. 403. “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. E em seu parágrafo único: “O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.

Como forma de não sentirem-se excluídos pelo sistema capitalista que valoriza o consumo, ou até mesmo para complementação da renda familiar, os adolescentes, principalmente aqueles em situação de pobreza, buscam a inserção no mercado de trabalho precocemente, deixando para trás os estudos. Devido à falta de experiência e a desqualificação profissional, muitas vezes acabam recorrendo a trabalhos informais e impróprios para sua fase de desenvolvimento.

Sem a possibilidade de preparação necessária (escolaridade formal, cultural e técnica) para o desempenho de um papel profissional especializado, vemos cada vez mais dificultada a conquista de emprego e ampliada a exploração de sua mão de obra, exploração esta concretizada pelos baixos salários e o acúmulo de jornadas de trabalhos para a garantia de sua manutenção. Losacco (2005, p. 72)

A mesma autora ainda complementa que:

Identificada pelo IBGE como a faixa etária mais nova da população economicamente ativa, compreende as idades entre 16 e 24 anos. O prolongamento da juventude advém das exigências postas no mundo do trabalho, que, cada vez mais, requer maior e melhor qualificação do papel profissional, conseguida através de escolaridade especializada (formação universitária, especialização, mestrado, doutorado), ampla

cultura, aquisição de novas tecnologias para o exercício de determinados cargos, fluência em idiomas, etc. Tais instrumentais são viáveis somente para uma ínfima parcela da população brasileira.

De acordo com o artigo 69 do ECA :

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Muitos adolescentes abandonam os estudos, acreditando que o mesmo não lhes fará falta. Tiba (2005, p. 199), ressalta que “estudo não se negocia, ele é importante não só para a capacitação e a formação pessoal, mas também para o benefício e qualidade de vida da família e da sociedade”.

No entanto, de acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2002, houve uma ampliação no acesso à escola com relação aos anos anteriores, como pode ser observado no gráfico abaixo:

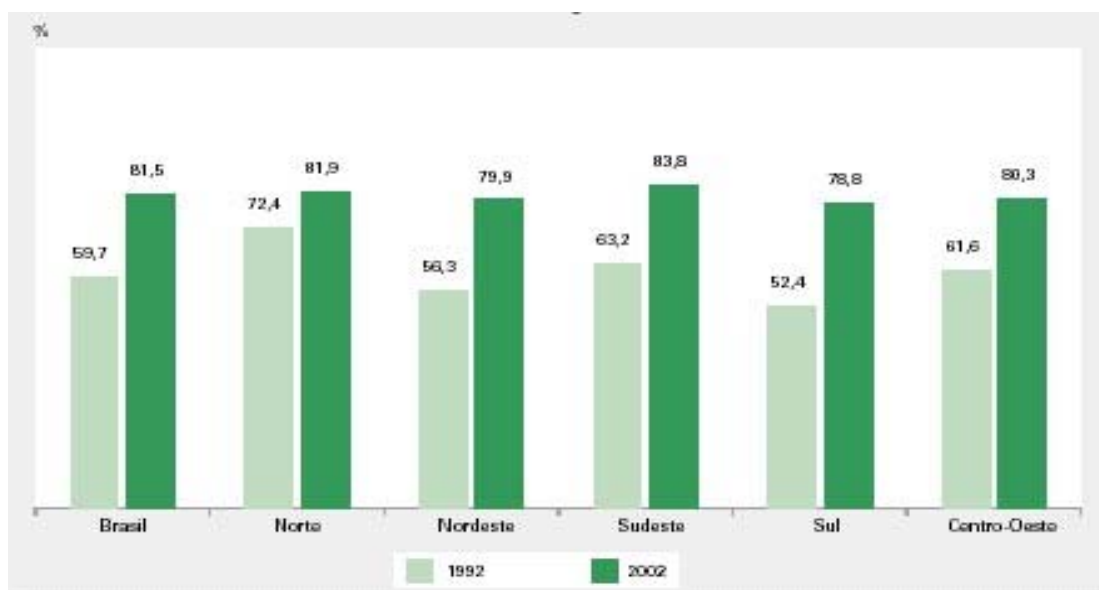


Gráfico: Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade. Brasil e grandes regiões – 1992/2002.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>, acesso em maio de 2010.

Os adolescentes passaram a acreditar que através dos estudos e da profissionalização, é possível que haja melhoria das condições de vida através do trabalho, prova disso é que muitos ingressaram nas universidades através do Prouni (Programa Universidade Para Todos) e muitos estão em busca de cursos técnicos profissionalizantes, pois começam a perceber que não se encontra um emprego como antigamente, através de uma simples conversa, atualmente é necessário muito mais que um bom diálogo.

Estudos sobre a composição social dos estudantes de nível superior mostram que, embora a proporção de filhos de classes médias e altas seja relativamente elevada, existem muitos também que vem de origem social mais humilde e têm pais com pouca ou nenhuma educação.

(SCHWARTZMAN, 2004, p.43)

Sobre as aspirações das famílias em condições de subalternidade, Yazbek (2006, p.109) enfatiza que “os projetos para o futuro dos filhos supõem o acesso a escola e o reconhecimento da educação como caminho de ascensão e de chances que não tiveram”.

Porém, o papel da família de socialização dos filhos acaba muitas vezes sendo passado para a escola “Os pais são obrigados pela conjuntura a deixar para a escola a adaptação social do filho, ou por ser deficientes econômicos, ou deficientes morais.” (CHALITA, 2001, p. 62).

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE sobre a educação:

A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos aumentou cerca de 33% nos últimos 10 anos e atingiu, em 2003, 82,4%. As exigências do mercado de trabalho contribuíram para o aumento na procura pelo ensino médio. Mas o maior crescimento na

freqüência escolar foi no grupo de 20 a 24 anos: dos 18,3%, em 1993, para 26,8%, em 2003.

A mesma pesquisa assinala que:

Um dos fatores que exercem forte interferência na escolarização é o nível do rendimento da família. À exceção do grupo em idade escolar obrigatória (7 a 14 anos), tal influência nos demais grupos etários foi evidente: de 0 a 6 anos, a taxa de escolarização variou de 28,9% para os 20% mais pobres (1º quinto) até mais da metade das crianças nas famílias mais ricas (5º quinto).

O mesmo se dá nos grupos etários de 15 a 17 anos e 20 a 24 anos.

É possível observar que os mais ricos têm maior acesso a escola em contradição com os pobres.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco contribuírem para o mau aproveitamento na escola e para evasão escolar, não são estas as principais causas do problema.

Nem todos os pais ou responsáveis acreditam na importância do estudo, principalmente aqueles que não estudaram, pois não tem em mente que a escola é muito mais que obrigação, e quando os filhos não querem mais estudar, porque não gostam ou talvez por outros motivos, estes simplesmente aceitam, muitas vezes sem questioná-los a respeito de tal decisão.

“Falta incentivo dos pais para que os filhos frequentem a escola e falta incentivo da escola para que os alunos nela permaneçam.” Chalita (2001, p. 63).

Demo (2004. p. 21) enfatiza que:

Como fenômeno intenso, educação transita na quantidade naturalmente: precisa de anos de estudo, de currículo, de prédios e de

equipamentos, mas sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente construtivo/participativo, sobretudo de alunos construtivos e participativos.

O mesmo autor (2004. p. 88) complementa quando diz que “a transformação da escola em ambiente didaticamente construtivo e participativo pode ser assumida como o desafio da hora por parte da gestão pública e privada”.

Observa-se a necessidade de uma reformulação na educação básica.

Segundo Kuenzer (2002, p. 71), as pesquisas que vêm sendo realizadas sobre mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais com vistas à compreensão do novo princípio educativo para subsidiar a elaboração de um novo projeto político pedagógico que seja orgânico às demandas dos trabalhadores e excluídos têm apontado para a necessidade de seleção e organização dos conteúdos a partir dos seguintes eixos, separados para fins didáticos, mas que deverão ser tratados de forma articulada: conhecimentos científicos e tecnológicos que estão presentes no trabalho e nas relações sociais, tratados em suas dimensões epistemológicas e histórica; conhecimentos sobre as diferentes formas de linguagem e comunicação contemporâneas, bem como as que são próprias de cada ciência; conhecimentos sócio históricos, inclusive os relativos às novas formas de organização e gestão do trabalho e da sociedade, que permitam ao jovem compreender as relações sociais e produtivas, bem como nelas intervir enquanto sujeito individual e coletivo.

Kaloustian (2002, p. 27) aponta que:

Certamente, as causas do fracasso escolar, por exemplo, não podem ser explicadas pela “desestruturação” ou “irregularidade” da família, ou pela desnutrição (duas visões calcadas em causas biológicas naturalizadas). O referido fracasso escolar tem que ser identificado na incapacidade da política educacional oficial no país de enxergar as diferenças culturais, para então formular estratégias eficazes de educação pública de qualidade.

A política da educação deve encontrar maneiras de incentivar os adolescentes a permanência e ao bom aproveitamento na escola, onde o estudo não seja visto apenas como uma obrigação, mas que seja prazeroso e realmente importante para as suas vidas. De acordo com Leal (2004. p.148) sobre o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

(...) devem ser assegurados a crianças e adolescentes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito dos educadores a esses sujeitos, o direito de serem contestados os critérios avaliativos da escola e de se recorrer a instâncias escolares superiores para garantir esses direitos; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o direito de acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência. Para democratizar a informação sobre o que os filhos aprendem, os pais ou responsáveis devem estar cientes do processo pedagógico. Podem, para isso, participar das definições das propostas educacionais das escolas.

De acordo com Carvalho et al. (2002. p.18):

(...) espera-se uma socialização mais disciplinar e menos permissiva junto a crianças e adolescentes. Espera-se da família uma maior parceria – participando com a escola no projeto educacional destinado aos seus filhos.

Fala-se hoje, igualmente, em comunidade presente na escola.

Verifica-se a necessidade da participação da família na escola, pois esta deve dar incentivos ao adolescente com relação ao estudo e sua importância, oportunizando-lhes os caminhos necessários para uma boa educação.

Conforme Cury (2000, p. 126).

A educação revela o problema de toda uma estrutura social no conjunto de suas articulações. Revela de um lado uma estrutura social incapaz de promover o desenvolvimento das classes subalternas, mas ao mesmo tempo contraditória porque carrega consigo os portadores *dos fenômenos da transformação* e de uma nova concepção de mundo.

Leal (2004, p.151), complementa que:

Pensar a educação formal e a capacitação para os setores populares exige, sobretudo, levar em conta a especificidade dessa população, a fim de se garantir os requisitos mínimos necessários para que os jovens pobres tenham uma preparação capaz de fazê-los enfrentar suas necessidades mais imediatas e, ao mesmo tempo, dar garantias de acesso a melhores condições de vida.

Nota-se, portanto, as visíveis contradições existentes entre as classes sociais também no que se refere a educação e ao trabalho, afetando a vida dos adolescentes e de suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência da pobreza, tornando-os excluídos de uma sociedade em constantes transformações que valoriza cada vez mais o “ter” do que o “ser”, sendo vítimas de violência, do tráfico e do uso de substâncias psicoativas, da falta de

educação e qualificação profissional adequadas, bem como de tantas outras expressões da questão social, presentes no cotidiano brasileiro.

3 CENÁRIO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo discorrer brevemente sobre o cenário da pesquisa, os municípios de Macatuba e Itapuí, bem como os serviços nos quais os sujeitos pesquisados se inserem. Para tanto, utilizou-se o Plano Municipal de Assistência Social dos dois municípios, dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, entre outras fontes. Apresenta também os procedimentos metodológicos da presente pesquisa.

3.1 Cenário da pesquisa

Os dois municípios caracterizam – se como de pequeno porte, com menos de vinte mil habitantes e compõem a 7ª região administrativa do Estado de São Paulo, com sede em Bauru.

No município de Macatuba o estudo foi realizado com adolescentes participantes do Projovem Adolescente e do Grupo de Adolescente e no município de Itapuí com adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.

3.1.1 Caracterização do município de Macatuba:

Macatuba localiza-se na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo e estima-se que a população seja de 16.177 habitantes, composta por 51,49% de mulheres e 48,51% de homens, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007), sendo caracterizado como município de pequeno porte I.

A economia agrícola sucroalcooleira sazonal é predominante, apresentando desemprego na entre safra, havendo crescimento da indústria têxtil nos últimos anos.

O município conta com cinco agências bancárias e uma Casa Lotérica, bem como um pequeno comércio.

O sistema de saúde conta com três unidades de saúde, um setor de reabilitação física, um ambulatório de saúde mental, quatro Programas de Saúde da Família – PSF. Toda população urbana conta com 100% de saneamento básico, coleta de lixo, abastecimento de água e energia elétrica.

Segundo dados da Fundação SEADE (2007), o município possui um total de 4.010 domicílios, apresentando um relevante déficit habitacional e número de inadimplência.

A rede pública educacional é formada por 07 escolas, sendo: 03 estaduais, 03 municipais, 01 particular (pré-escola) e 03 creches. No que se refere à cultura, esporte e lazer, o município é composto por um teatro municipal, dois clubes de atenção aos trabalhadores com equipamentos para diferentes modalidades esportivas, um clube esportivo e cultural, duas rádios, um jornal e diversas praças.

A população com menos de 15 anos, corresponde a 25.40% e entre 15 e 60 anos a 65.08%, enquanto que a população acima de 60 anos é de 9.52%, segundo dados da Seade (2007).

Conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, criado a partir da solicitação da Assembleia Legislativa do Estado à Fundação Seade no ano de 2000, em uma análise das condições de vida de seus habitantes, mostra que os responsáveis pelos domicílios do município auferiam, em média R\$622, sendo que 53,8% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 5,2 anos de estudo, 27,5% deles completaram o ensino fundamental, e 11,2% eram analfabetos, o que demonstra a alta vulnerabilidade social da população, desencadeando assim as expressões da questão social: desemprego, subemprego, desqualificação profissional, alcoolismo, drogadição entre jovens e adultos, gravidez precoce, violência e conflitos familiares.

O sistema socioassistencial é constituído pelo órgão gestor da Assistência Social, um CRAS, Conselhos Municipais: de Assistência Social, Tutelar, Criança e Adolescente, Idoso, Bolsa Família, COMAD – Conselho Municipal Antidrogas e pelas Entidades Sociais: um abrigo para idoso, um abrigo para crianças, uma APAE, uma Legião Mirim.

A Secretaria de Assistência Social, articulada com as demais políticas setoriais e rede socioassistencial, executa os seguintes serviços, programas e projetos:

Programa de Atenção Integral à Família: principal serviço da proteção social básica, sendo que suas ações são desenvolvidas junto às famílias cadastradas no CRAS da cidade, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos.

Programa Estadual Ação Jovem: tem o objetivo de atender jovens que se encontram fora da escola, na faixa etária de 15 a 24 anos com ensino fundamental ou médio incompletos, oriundos dos bolsões de pobreza.

Projeto Costurando Ideias: objetiva propor às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhamento socioeducativo e qualificação na área de artigos de cama, mesa e banho.

Programas Bolsa Família e Renda Cidadã: Os objetivos destes programas são a transferência de recursos financeiros as famílias, proporcionando sua emancipação.

Projeto Estadual Viva Leite: Este projeto tem como objetivo atender crianças a partir de 06 meses até seis anos, sendo que a prioridade no município de Macatuba são as crianças de até 02 anos de idade. As crianças incluídas neste Projeto recebem leite fluído enriquecido com ferro e vitamina A e D, cujas famílias tenham renda mensal de até dois salários mínimos.

Projeto Lixo Rico: tem por objetivo promover inclusão social dos recicladores e seus familiares oportunizando a geração de renda e trabalho digno, maximizando os efeitos que a coleta seletiva pode trazer para toda a população.

“Projeto Transformação”: tem como objetivo atender crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade em período extraescolar, propiciando através das ações socioeducativas (orientação pedagógica, artes, dança, pintura, música e esportes) seu desenvolvimento humano, bem como, excluí-los dos riscos pessoais e sociais.

Projovem Adolescente: projeto socioeducativo de convívio de assistência social ofertado no CRAS para adolescentes com idade entre 15 a 17 anos, tendo como objetivo complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Projeto Melhor Idade / Apoio a pessoa idosa: Objetiva proporcionar ao idoso, ações que visam à inclusão, valorização e qualidade de vida.

Preparando o Futuro: Tem o objetivo de propiciar a profissionalização para inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho.

Projeto de profissionalização para adolescentes: Executado pela Legião Mirim tem como objetivo propiciar a profissionalização e inclusão dos adolescentes com idade entre 15 a 18 anos no mercado de trabalho. O Fundo Municipal de Assistência Social repassa para a mesma um valor anual de R\$ 23.000,00 para a execução deste serviço.

O CRAS do município de Macatuba, local onde foi realizada a coleta de dados para a pesquisa, bem como onde ocorrem as atividades das quais os adolescentes pesquisados participam, localiza-se em um dos bairros mais vulneráveis da cidade atendendo aos bairros: Jardim Bocayúva, América, Esperança, Sonho Meu, Planalto e Santa Felicidade, localizados próximo ao mesmo. De acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome):

O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Portanto, indubitavelmente o CRAS possibilita maior facilidade de acesso à população em situação de vulnerabilidade e risco social nos municípios.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) o Projovem Adolescente é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos que objetiva fortalecer a convivência familiar e comunitária e o retorno ou permanência na escola, o que é feito através do desenvolvimento de atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. É destinado a jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e também a jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Suas ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Devido à grande procura por adolescentes que não preenchem tais requisitos, possibilitou-se que estes participassem das atividades, com a utilização da mesma metodologia do Projovem Adolescente, porém denominou-se de Grupo de Adolescentes.

A metodologia de trabalho com esses grupos aborda conteúdos necessários para compreensão da realidade e para a participação social, através dos temas: direitos humanos e socioassistenciais, trabalho, cultura, meio ambiente, saúde e esporte/lazer.

3.1.2 Caracterização do município de Itapuí:

O município de Itapuí localiza-se na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo a 326 Km da Capital, e estima-se que a população seja de 12.536 habitantes, composta por 48,8% de mulheres e 21,5 % de homens, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007), sendo também caracterizado como município de pequeno porte I.

De acordo com o IPVS, no município de Itapuí no ano de 2000 os responsáveis pelos domicílios auferiam em média, R\$ 594,00 sendo que 60,5% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 5,1 anos de estudo, 25,2% deles completaram o ensino fundamental, e 11,8% eram analfabetos.

O município possui como atividade econômica principal o setor agroindustrial. No setor industrial a cidade possui três indústrias de móveis, quatro indústrias de materiais escolares, dois abatedouros avícolas, e ainda indústrias de plástico, de madeira, de vestuário e calçado, indústria química, indústria do mobiliário, de construção civil e gráfica.

No setor agrícola predomina o cultivo da cana - de - açúcar, que gera um processo migratório no período da safra, verificando-se um aumento de aproximadamente 30% da população.

No setor comercial, predominam-se as atividades relacionadas ao setor alimentício e a prestação de serviços. O Município conta com o comércio varejista e o comércio atacadista. Possui três agências bancárias e uma Casa Lotérica. O sistema de saúde conta com um ambulatório de especialidades, três Programas de Saúde da Família – PSF.

Com relação à cultura, esporte e lazer, o município é composto por uma biblioteca, um clube esportivo e cultural e praças.

A população com menos de 15 anos corresponde a 21,07 % e entre 15 e 60 anos a 66,61 %, enquanto que a população acima de 60 anos é de 12,32 %, segundo dados da SEADE (2007).

O município possui aproximadamente 12 núcleos habitacionais compreendendo aproximadamente 5.000 residências, dois parques industriais e um núcleo habitacional construído por sistema diferenciado do CDHU, ou seja, construção particular. Destes, cerca de 4.732 na zona urbana e 559 na zona rural. Entretanto, o município possui um déficit habitacional razoável, pelo que se faz necessário à construção de novos núcleos habitacionais. Deve-se levar em consideração os altos valores dos aluguéis, que comprometem muitas vezes quase 50% da renda familiar.

De acordo com levantamento realizado através do sistema do IPTU, há no município cerca de 5.345 imóveis cadastrados, desses 3.246 possuem edificações, e 2099 terrenos. O Município possui 25 bairros, na zona urbana e rural.

O Município de Itapuí possui três estabelecimentos de ensino, não possuindo unidades de ensino superior. Cabe ressaltar, que por não haver no município estabelecimento de ensino superior, os universitários se locomovem para estudar em cidades da região, como a cidade de Bauru, sendo oportunizado aos mesmos o transporte gratuito para essas cidades.

O município possui um amplo sistema social, abrangendo praticamente quase todos os segmentos da sociedade.

A maior parte da população encontra-se em processo de exclusão social, possuindo uma precária situação socioeconômica. Há como agravante a baixa escolaridade e qualificação profissional da população, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho. O sistema socioassistencial é constituído pelo órgão gestor da Assistência Social, um CRAS, Conselhos Municipais: de Assistência Social, Tutelar, Criança e Adolescente e pelas Entidades Sociais: um asilo para idoso, uma creche, uma APAE, uma entidade de recuperação para dependentes.

A Secretaria de Ação Social e Cidadania, onde se realizou a coleta de dados para a pesquisa, bem como onde ocorrem as atividades da Medida Socieducativa de Liberdade Assistida, das quais os adolescentes pesquisados estão inseridos, localiza-se em um local estratégico da cidade, podendo assim atender todos os bairros do município.

Esta Secretaria assim como no município de Macatuba, executa diretamente os seguintes serviços, programas e projetos: Programa de Atenção Integral à Família, Programa Estadual Ação Jovem, Programas Bolsa Família e Renda Cidadã, Projeto estadual Viva Leite,

visto que atende aos mesmos objetivos supracitados, contando também com o **Projeto Geração**: com o objetivo de oferecer cursos de geração de renda e capacitação para crianças e adolescentes.

A Liberdade Assistida é uma Medida Socioeducativa destinada à adolescentes que cometeram atos infracionais leves, que tem por objetivo acompanhar seu cotidiano de vida, visando observar suas atitudes, valores e a convivência familiar e comunitária, buscando sua reinserção na sociedade, em uma intervenção educativa, através de orientação, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos. Segundo o Art. 118 da Constituição Federal:

A liberdade Assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2 - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor ECA.

A aplicação da medida de liberdade assistida requer que não se tenha posturas excludentes e estigmatizantes, adotando posturas e práticas construtivas que incluam o adolescente autor de ato infracional na vida em sociedade como um adolescente sujeito do contexto.

3.2 Metodologia da Pesquisa

Ao cumprir estágio para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, houve o interesse em comparar as perspectivas de vida dos adolescentes inseridos no serviço socioeducativo ProJovem Adolescente e no Grupo de Adolescentes, ambos ofertados no

CRAS do município de Macatuba com as perspectivas de vida dos adolescentes que cometeram ato infracional em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, no município de Itapuí. Para melhor compreensão dos dados, denominaram-se os adolescentes participantes do serviço socioeducativo de grupo A e os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de grupo B.

O estudo foi realizado durante o período de fevereiro a novembro de 2010, partindo da definição do tema, coletânea de artigos, sínteses de obras sobre o assunto e elaboração do projeto de pesquisa, seguindo com a realização da pesquisa propriamente dita, primeiramente coletando dados teóricos e em seguida dados empíricos.

O objetivo geral da pesquisa se refere a comparação das perspectivas de vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, tendo como objetivos específicos: caracterizar os serviços onde se inserem tais adolescentes; levantar seu perfil e suas perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos; identificar quais fatores influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida.

O objeto de estudo, portanto refere - se às perspectivas de vida do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco.

A hipótese surgiu do pressuposto de que os adolescentes do Grupo A acreditam na melhoria de vida através do trabalho, portanto, estão buscando cada vez mais cursos profissionalizantes, bem como a conclusão dos estudos para então serem inseridos no mercado de trabalho que se encontra cada vez mais seletivo e excludente, pois, apesar da grande oferta de empregos, procuram-se pessoas qualificadas, sendo o estudo indubitavelmente o principal aliado a essa qualificação tão desejada pelo mercado. Opostamente, os adolescentes do Grupo B, não veem no estudo e no trabalho uma perspectiva de mudança, cometendo assim atos infracionais a fim de suprir suas necessidades e de sua família com mais facilidade. Com isso se desinteressam e não se motivam para buscarem uma vida melhor.

Concomitante, em muitos casos, esses adolescentes não são incentivados pela própria família a buscarem uma melhoria de vida, possivelmente pela própria situação em que vivem, num contexto muito propício a criminalidade.

A pesquisa foi realizada em nível exploratório, pois houve levantamento bibliográfico, e realização de entrevistas para coleta de dados. Segundo Diehl (2004 p. 53) “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Os autores Piovesan e Temporini (1993, s.p) complementam que:

A pesquisa exploratória, assim norteada, integra-se ao planejamento da pesquisa principal. Constitui parte dela e não subsiste por si só. É um meio simplesmente, mas um meio muito importante para mostrar a realidade de forma verdadeira.

Este nível de pesquisa possibilitou maior compreensão e aproximação da realidade pesquisada.

Quanto a abordagem, caracteriza-se como qualiquantitativa, havendo ênfase na subjetividade dos sujeitos, envolvendo também dados estatísticos.

A pesquisa qualitativa possibilita maior profundidade e entendimento das particularidades dos indivíduos. Segundo Richardson (1999, p. 80):

(...) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, e a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais (...).

Martinelli (1999, p. 34) complementa que:

(...) a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo, ou seja, a fenomenologia, a dialética, a hermenêutica.

Para a coleta de dados, os instrumentos utilizados foram a observação assistemática e entrevistas junto aos adolescentes com o uso de formulário contendo perguntas abertas e

fechadas, utilizando – se do gravador para garantir a veracidade das informações e análise dos Planos Municipais de Assistência Social de Macatuba e Itapuí, bem como coleta de depoimentos pessoais.

A entrevista é uma forma de interação social, uma forma de diálogo, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de dados. Diehl (2004, p. 66) ressalta que “Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistado, verbalmente a informação necessária”.

A entrevista foi orientada por formulário, o qual “se caracteriza como contato face a face entre o pesquisador e o informante, além do fato de o roteiro de perguntas ser preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista”. (Diehl 2004, p. 70).

Este instrumento é vantajoso para a pesquisa social, visto que pode ser utilizado em quase todo o segmento da população, até mesmo para aqueles que não sabem ler ou escrever, devido a possibilidade de ser preenchido pelo próprio pesquisador.

Durante as entrevistas foi utilizada a observação assistemática, a qual segundo Fontana (2009, s.p) caracteriza-se como uma das técnicas mais imprescindíveis para a pesquisa científica, pois observar significa aplicar atentamente os sentidos em um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.

O gravador foi utilizado apenas com os adolescentes do Grupo A, visto que os sujeitos se sentiram a vontade para responder as perguntas, diferente do Grupo B que demonstrou certa aversão a este instrumento de coleta de dados. Em respeito ao grupo, não o utilizamos embora a gravação permite manter ao máximo as próprias expressões dos informantes e sua maneira de encadear os fatos”.

(FONTANA, 2009, s.p), sendo muito útil para garantir a fidedignidade das falas.

As entrevistas com o grupo A tiveram duração aproximada de vinte minutos cada uma, sendo que todas foram realizadas no CRAS de Macatuba e com os adolescentes do Grupo B foram realizadas na Secretaria de Ação Social e Cidadania de Itapuí, com duração aproximada de quinze minutos, porém os adolescentes deste grupo concederam respostas bastante sucintas. Acredita – se que isto se deu ao medo de repressões judiciais, em virtude de estarem em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.

O pré-teste dos instrumentos foi aplicado no mês de junho com cinco sujeitos do Grupo A e três sujeitos do grupo B, totalizando oito sujeitos, para verificação da pertinência do instrumental de coleta de dados, não havendo necessidade de alteração.

O universo estudado corresponde a 40 adolescentes do Grupo A, sendo que a amostra da pesquisa realizada com este Grupo refere-se a um percentual de 62, 5 %, ou seja, 25 adolescentes, sendo utilizada a amostragem não probabilística intencional devido ao fato dos sujeitos não terem sido escolhidos aleatoriamente, mas pelo maior índice de frequência nas atividades.

Atualmente, devido alguns adolescentes serem inseridos no mercado de trabalho ou em cursos profissionalizantes, bem como por outros motivos, o universo da pesquisa corresponde a 25 adolescentes.

Quanto ao Grupo B inicialmente havia um universo de 11 adolescentes, mas devido a determinação judicial para finalização do cumprimento da Medida Socioeducativa, esse universo reduziu – se em 6 adolescentes. Todo o universo neste caso foi pesquisado.

As maiores dificuldades apresentadas durante o desenvolvimento da pesquisa referiram-se aos relatos concisos dos adolescentes, especificamente do Grupo B, devido ao receio de serem prejudicados por estarem em conflito com a lei, apesar de não ser essa a intenção da pesquisa, e terem sido esclarecidos quanto a isso.

No entanto, pode-se dizer que a aceitação de todos os entrevistados em responder as perguntas contribuiu para facilitar a coleta dos dados, possibilitando o tratamento destes, sendo os resultados apresentados no capítulo a seguir.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa sobre as perspectivas de vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco nas cidades de Macatuba e Itapuí serão apresentados neste capítulo.

Este item busca responder aos objetivos da pesquisa, sendo os objetivos gerais: Comparar as perspectivas de vida dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, e os específicos: Caracterizar os serviços onde se inserem os adolescentes; levantar seu perfil e suas perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos; identificar quais fatores influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida.

Para tanto, os resultados foram divididos em três eixos: Perfil dos adolescentes; composição familiar e aspecto socioeconômico; escolaridade, trabalho e perspectiva de vida.

No decorrer do capítulo serão apresentados dados quantitativos e qualitativos por meio dos depoimentos dos sujeitos pesquisados.

4.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

O estudo que ora se apresenta foi realizado com trinta e um adolescentes, participantes do serviço socioeducativo ProJovem Adolescente ou do Grupo de Adolescentes ofertados pelo CRAS do município de Macatuba (Grupo A), e com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida do município de Itapuí (Grupo B).

Para traçar o perfil de tais adolescentes serão apresentados dados sobre o sexo, a idade, se residem ou não em território de vulnerabilidade social e os motivos pelos quais estão inseridos nos serviços.

Os adolescentes do grupo A correspondem a uma amostragem de vinte e cinco, sendo dezesseis do sexo feminino e nove do sexo masculino, com idade entre quatorze e dezessete anos de idade, predominando os adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos.

Com relação ao grupo B totalizam seis adolescentes, sendo quatro do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idade entre quatorze e dezoito anos.

De acordo com a pesquisa de Volpi (2002, p. 57):

Quanto ao gênero dos adolescentes privados de liberdade, 3.987 – 94,8% - pertencem ao sexo masculino, enquanto 320 – apenas 5,2%, portanto – pertencem ao sexo feminino (...). A permanência mais prolongada das meninas no lar tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pela sua maior frequência à escola, pela menor presença das mesmas nas ruas e pelo seu menor envolvimento em um ato infracional.

Pode-se observar também em outras pesquisas brasileiras que o índice de infração é maior entre o sexo masculino.

Entre todos os entrevistados, apenas três não residem em território de vulnerabilidade social.

O território onde se localiza o CRAS de Macatuba, onde ocorrem as atividades do ProJovem e do Grupo de Adolescentes, favorece a participação dos adolescentes, visto que se localiza justamente em área de maior vulnerabilidade social. As Orientações Técnicas do Centro de Referência da Assistência Social (2009, p.13) deixam claro que:

(...) a territorialização, refere à centralidade do território como fator determinante das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para o seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território.

Nos depoimentos que se seguem são apresentados os motivos pelos quais os adolescentes do grupo A estão inseridos no ProJovem Adolescente ou no Grupo de Adolescentes, ambos ofertados no CRAS, conforme já citado.

(...) é uma forma boa de não ficar na rua sem fazer nada, então é melhor vir pra cá. (Sujeito 4, masculino, 17 anos)

(...) não tem nada para fazer em casa, “daí” eu venho aqui pra aprender alguma coisa. (Sujeito 7, masculino, 14 anos)

(...) eu queria procurar novos amigos, porque eu ficava sozinha um pouco, e porque o Bolsa Família me deu essa oportunidade. (Sujeito 15, feminino, 15 anos)

(...) a minha mãe “participa” do CRAS... Numa reunião que teve chamaram a gente pra participar do ProJovem. (Sujeito 14, feminino, 15 anos)

É possível perceber que os adolescentes do grupo A se interessam por obterem novos conhecimentos e por fazerem novas amizades, preferindo aprender algo ao invés de ficar em casa sem ter o que fazer ou até mesmo nas ruas. Referem também a participação no ProJovem, por serem beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo esta uma condicionalidade para a inserção no mesmo, visto que o serviço socioeducativo se destina aos adolescentes com idade entre quinze e dezessete anos beneficiários do Programa Bolsa Família e a adolescentes com a mesma faixa etária encaminhados pela PSE (Proteção Social Especial).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, ressalta que:

(...) uma família que conta com orientação e assistência para o acompanhamento e desenvolvimento de seus filhos, bem como acesso a serviços de qualidade nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, também encontrará condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras, bem como para compreender e superar suas possíveis vulnerabilidades.

Conforme o último depoimento é possível observar que indubitavelmente o CRAS é a principal porta de entrada dos usuários e em especial da família aos serviços socioassistenciais, o que possibilita um melhor conhecimento de suas necessidades sociais, visto que o objetivo desta unidade pública estatal é a prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios.

Os adolescentes do grupo B estão em cumprimento de Medida Socioeducativa certamente por haverem cometido atos infracionais, conforme os relatos a seguir.

Porque briguei na rua. (Sujeito 1, masculino, 16 anos).

Porque roubei. (Sujeito2, feminino, 15 anos).

Porque fui pego com drogas. (Sujeito3, masculino, 18 anos).

O descumprimento das condicionalidades como o não comparecimento às reuniões pode acarretar medidas mais severas, como a internação na Fundação Casa, portanto existe a obrigatoriedade de participação dos mesmos, diferentemente dos adolescentes do grupo A, que participam dos grupos por vontade própria.

A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida possibilita aos adolescentes perceberem que existem muitos meios para serem reinseridos na sociedade através de cursos, reuniões, palestras socioeducativas que são oferecidos para os mesmos, além da participação nas atividades escolares, entre outras, pois a exclusão é o maior fator que os leva a cometer tais atos.

4.2 Composição familiar e aspecto socioeconômico

Apesar das mudanças ocorridas nos desenhos de família, as famílias de dezesseis adolescentes pesquisados correspondem a tipologia nuclear, ou seja, aquela formada por pai, mãe e filhos apenas. Porém, existem sete famílias denominadas extensas ou ampliadas, que além de pais e filhos, são compostas por outros parentes próximos, havendo também famílias monoparentais masculina ou feminina e de pais ausentes.

De acordo com a PNAS (Política Nacional de Assistência Social):

(...) podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.

Nota-se que as famílias do grupo A são compostas predominantemente pelo número de quatro a seis pessoas, e em seguida por sete a nove pessoas, com renda familiar predominante de um a quatro salários mínimos.

As famílias dos adolescentes do grupo B são compostas em sua maioria por uma a três pessoas, sendo que quatro dessas famílias possuem uma renda entre um a dois salários mínimos e duas delas apenas, possuem uma renda de três a quatro salários mínimos.

Constatou-se que no contexto familiar de dezoito adolescentes do grupo A, entre uma e duas pessoas trabalham, sendo a principal fonte de renda o trabalho rural, totalizando dezesseis pais ou responsáveis que vivem desse trabalho. A escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto.

No grupo B há predominância de uma a duas pessoas que trabalham em suas famílias, sendo o principal meio de trabalho a faxina e o trabalho autônomo, totalizando oito pais ou responsáveis que vivem dessa fonte de renda. A escolaridade predominante dos responsáveis também é o ensino fundamental incompleto.

De acordo com a PNAS “para além da renda, o tamanho dos municípios também pode interferir no indicador de defasagem escolar”.

A tabela a seguir mostra que a maioria da população em condição de pobreza e indigência concentra-se nos municípios pequenos, visto que os municípios de Macatuba e Itapuí são de Pequeno Porte I.

2000 Municípios classificados pela população	Total de municípios	População total	População vivendo com renda per capita abaixo	Média População vivendo com renda per capita abaixo	Percentagem vivendo com renda per capita abaixo da linha
--	------------------------	--------------------	---	---	--

			da linha de pobreza	da linha de pobreza em cada município	de pobreza
pequenos I (até 20.000 hab)	4.018	33.437.404	16.673.196	4.150	49,86
pequenos II (de 20.001 a 50.000 hab)	964	28.832.600	13.696.633	14.208	47,50
médios (de 50.001 a 100.000 hab)	301	20.928.128	7.380.022	24.518	35,26
grandes (de 100.001 a 900.000 hab)	209	50.321.723	11.852.368	56.710	23,55
metrópoles (mais de 900.000 hab)	15	36.279.315	6.419.325	427.955	17,69
TOTAL	5.507	169.799.170	56.021.544	10.173	32,99

Quadro - Concentração da pobreza nos grupos de municípios classificados pela população

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>.
 Acesso em agosto de 2010.

Com relação à situação de moradia, a maioria dos adolescentes do grupo A moram em casa própria/financiada e uma pequena parcela em casa alugada, todas as moradias possuem saneamento básico e energia, sendo que dezessete casas possuem de cinco a sete cômodos, e sete de dois a quatro cômodos. Apenas uma casa possui mais que oito cômodos.

Entre os seis adolescentes pesquisados do grupo B, cinco moram em casa própria/financiada e apenas um em casa alugada, sendo que todos possuem saneamento básico e energia. As casas possuem em sua maioria de cinco a sete cômodos, sendo que apenas uma possui de dois a quatro cômodos.

É possível notar que apesar da baixa renda familiar dos sujeitos pesquisados as condições de moradia são regulares.

4.3 Escolaridade, trabalho e perspectivas de vida

No que se refere a escolaridade, entre os adolescentes do grupo A dezessete cursam o ensino médio e sete o ensino fundamental. Apenas um não estuda.

Entre os adolescentes do grupo B, dois cursam o Ensino Fundamental e dois o Ensino Médio. Dois adolescentes não estudam.

Para compreender o que os adolescentes pensam a respeito da escola e do trabalho bem como sobre suas perspectivas de vida, aprofundou-se na subjetividade dos sujeitos pesquisados.

Os depoimentos a seguir revelam quais os motivos que levam os adolescentes do grupo A a gostarem de estudar.

Eu gosto, é bom pra ter um futuro melhor, porque as vezes para e aí não arruma serviço. (Sujeito 2, feminino, 16 anos)

É bom porque aprende, porque mais pra frente eu vou precisar de estudo, se não tiver estudo não vou ter nada na vida. (Sujeito 5, feminino, 15 anos)

(...) eu sei que sem estudar a gente não consegue nada na vida. (Sujeito 23, feminino, 15 anos)

Os adolescentes reconhecem a importância dos estudos em suas vidas, acreditando que com isso garantirão um futuro melhor, pois sabem que atualmente a dificuldade de encontrar um emprego é muito grande, devido às exigências do mercado de trabalho. Pessoas sem estudo acabam por ficar a mercê de trabalhos informais, onde muitas vezes os salários são

baixos, impossibilitando-as de suprir todas as suas necessidades e de suas famílias. Mesmo diante das dificuldades, os adolescentes não perdem a vontade de lutar por uma vida melhor.

(...) e o jovem é muitas vezes conceituado como malcriado, rebelde, perdido, inepto, inútil, imoral, preguiçoso, sem iniciativa e empurrado para um trabalho qualquer para “aprender a ser gente”, a ter responsabilidade na marra. Entretanto, nada está perdido quando tratamos de jovens ávidos de vida e de história. CHALITA (2001, p. 31)

Além da escolaridade básica, quinze adolescentes do grupo A relatam que pretendem prosseguir os estudos cursando uma faculdade, como mostram os depoimentos que se seguem:

(...) eu penso em fazer faculdade, agora vamos ver. Quero fazer enfermagem. (Sujeito 2, feminino, 16 anos)

Pretendo continuar sim, para me formar. Quero fazer faculdade de arquitetura. (Sujeito 6, feminino, 16 anos)

(...) quero fazer uma faculdade, mas não sei do que ainda. (Sujeito 13, feminino, 15 anos)

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, estes ainda acreditam na possibilidade de mudança da realidade. Não perdem a esperança de construir uma vida diferente daquela que seus pais tiveram e lhes proporcionaram.

Abaixo, seguem os depoimentos dos sujeitos do grupo B, a respeito de gostarem ou não da escola.

Eu não gosto muito, mas têm que ir. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

Não, porque tem que levantar cedo. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

Não, porque não acompanho a sala. Sujeito 6, masculino 18 anos).

Pode-se observar que contraditoriamente aos adolescentes do grupo A, estes relatam não gostarem de estudar, percebendo a escola apenas como uma obrigação.

Diante de toda exclusão vivida, os adolescentes deste grupo pretendem continuar os estudos, mas não apresentam interesse em cursar uma faculdade, não sendo o aprendizado motivo para continuarem frequentando a escola, como evidenciam os depoimentos que se seguem:

Pretendo, mas se eu começar trabalhar, não sei. (Sujeito 1, masculino 16 anos).

Pretendo, porque na escola tenho amigos. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

Sim, até acabar o ensino médio. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

De acordo com os depoimentos do grupo B, é possível notar que os sujeitos não agregam importância aos estudos, preferindo até mesmo trabalhar a estudar. Por pensarem apenas no presente não reconhecem o estudo como uma forma de conseguirem um bom emprego futuramente. Suprir as necessidades do momento é o que lhes importa.

Opostamente, os adolescentes do grupo A consideram a escola como responsável pela conquista de um bom emprego conforme se pode observar a seguir a respeito do que dizem sobre sua importância.

Para a gente ser uma pessoa melhor no futuro, porque agora uma pessoa que não tem capacitação, não tem nada, não tem emprego bom. (Sujeito 13, feminino, 15 anos).

Eu acho que é o começo de tudo, se você não estudar não vai conseguir um bom emprego, não vai conseguir um bom salário. Sujeito 15, feminino, 15 anos)

Eu aprendo mais sobre as coisas que não conheço, com estudo eu sei que eu consigo uma coisa melhor. (Sujeito 23, feminino, 15 anos)

Quando questionados a respeito de como veem a escola, os sujeitos da pesquisa apresentaram aspectos positivos e negativos sobre a mesma, como mostra os depoimentos seguintes:

É uma segunda casa, porque a maioria do tempo você passa lá. Metade do dia. (Sujeito 10, feminino, 15 anos)

Eu vejo como um caminho, uma forma de ter uma melhora na minha vida. (Sujeito 14, feminino, 15 anos)

Significa tudo, minha escola não é muito boa não, não gosto assim da escola, das pessoas de lá, mas é bom. (Sujeito 6, feminino, 16 anos)

Acho que poderia ser melhor. (Sujeito 18, feminino, 17 anos)

No entanto, mesmo os dois últimos depoimentos que apresentam aspectos negativos da escola, evidenciam também um lado positivo.

O último depoimento ressalta que os adolescentes reconhecem que ainda há muito o que melhorar no contexto escolar, lembrando que todos estudam em escola pública, onde infelizmente não existe tão boa qualidade quanto na escola particular.

De acordo com o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na dimensão da educação o Brasil é o que sai pior, pois apenas 80% dos jovens de 15 a 29 anos tem 6 anos ou mais de estudo, sendo que a qualidade do ensino deixa a desejar. Na Argentina e no Uruguai, são 95%; no Paraguai, 89%.

Chalita (2001, p. 109) deixa claro que:

Além de garantir escola para todos os alunos, o Estado tem que assegurar escola de qualidade, de excelência, que prepare a criança para a vida, para a cidadania e para o mercado de trabalho.

Apesar de não gostarem de estudar os adolescentes do grupo B também possuem consciência de que a escola e os estudos são importantes para suas vidas:

Para aprender e ser alguém na vida. (Sujeito 1, masculino 16 anos).

Para a gente aprender. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

É importante, mas como não gosto não frequento. (Sujeito 6, masculino 18 anos).

Sobre como veem a escola, relatam ser um lugar bom, legal, onde se reúnem com os amigos apenas, não vendo como um lugar de estudos.

Um lugar onde me reúno com os amigos. (Sujeito 1, masculino 16 anos).

Um lugar bom pra quem gosta. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

Apesar das poucas palavras ditas pelos sujeitos do grupo B, observa-se a grande contradição existente entre os dois grupos pesquisados, onde os valores relacionados à escola são muito diferentes. Os adolescentes do grupo B não percebem a real finalidade desta, citando várias vezes a companhia dos amigos quando se questiona a respeito da escola.

Pode-se observar que os adolescentes deste grupo, são muito concisos em suas palavras, pois se sentem coagidos, acreditando que qualquer informação concedida pode-lhes prejudicar, devido ao fato de terem cometido o ato infracional, mesmo tendo consciência dos objetivos da pesquisa em questão, diferente dos adolescentes do Grupo A que se expressam com maior facilidade, pois, não possuem sentimento de culpa.

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de Macatuba, oferece cursos profissionalizantes sem custo algum aos jovens do município, que são selecionados por meio de análise socioeconômica. Entre os entrevistados, oito estavam inseridos em algum curso e dois já haviam concluído, o que enfatiza ainda mais o interesse que os jovens têm pela capacitação profissional, sendo que aqueles que ainda não estavam inseridos ou não haviam concluído curso algum, apresentaram interesse por ingressarem nos mesmos como mostra os depoimentos que se seguem:

(...) pretendo fazer no SENAI, Recursos Humanos. (Sujeito 14, feminino, 15 anos)

Queria fazer informática. (Sujeito 12, feminino, 15 anos)

(...) queria fazer de soldador, de mecânico. (Sujeito 21, masculino, 15 anos)

A Secretaria de Ação Social e Cidadania do Município de Itapuí, onde os adolescentes do grupo B cumprem a Medida de Liberdade Assistida, também oferece vários cursos gratuitos para os mesmos, porém não profissionalizantes, sendo que nenhum deles participa dos cursos ofertados. Conforme os depoimentos a seguir, é possível observar que estes não apresentam interesse em participar de cursos profissionalizantes.

Ah não tenho vontade de fazer nada no momento. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

Não quero fazer nada. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

Não quero estudar nada. (Sujeito 6, masculino 18 anos).

Nota-se claramente o desinteresse dos adolescentes por uma profissionalização, apesar do interesse que apresentam pelo trabalho, embora seja de seu conhecimento que sem qualificação profissional a conquista de um emprego será dificultada.

Durante a pesquisa constatou-se que três adolescentes do grupo A estavam trabalhando, porém informalmente. De acordo com o Art. 65 do ECA “Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”.

Aqueles que não estavam inseridos no mercado de trabalho almejam conseguir um emprego brevemente, porém encontram dificuldades, conforme se pode observar nos seguintes depoimentos:

(...) só estou estudando, mas pretendo trabalhar. (Sujeito 2, feminino, 16 anos)

(...) entrei numa padaria, depois fui trabalhar como manual numa fábrica, saí porque eu tinha que parar de estudar. (Sujeito 6, feminino, 16 anos)

(...) não abrem portas, está muito difícil. (Sujeito 19, feminino, 17 anos)

Apesar da visível vontade que os jovens têm de trabalhar estes ainda colocam os estudos em primeiro lugar, pois com certeza, o conhecimento lhes trará melhores

oportunidades, não apenas para a conquista de um emprego, mas também para a convivência com os outros na sociedade.

Entre os adolescentes do grupo B, apenas um trabalha com registro em carteira profissional, os outros 5 relatam não conseguir emprego devido a idade.

Não consigo emprego com a minha idade. (Sujeito 1, masculino 16 anos).

Não, porque não acho meio período de serviço. (Sujeito 5, masculino 15 anos).

Não, mas estou procurando. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

Além da pouca idade, a falta de experiência profissional também é um grande empecilho para a conquista de um emprego formal, o que é muitas vezes exigido pelo mercado de trabalho, contribuindo ainda mais para que os adolescentes busquem outros meios de suprir suas necessidades, como o roubo/ furto e tráfico de drogas, por exemplo.

Alguns adolescentes do grupo A já sabem que profissões desejam seguir, sendo citadas as seguintes: professor (a), enfermeiro (a) e jogador de futebol, entre outras, porém nesta fase é comum que mudem de opiniões frequentemente, o que é natural, pois esta é uma fase de incertezas.

Eu quero ser jogador de futebol. Mas não dá, porque meu pai não tem carro, não tem dinheiro. (Sujeito 3, masculino, 16 anos)

Queria ser professora e psicóloga. (Sujeito 11, feminino, 16 anos)

Não sei, já quis fazer direito, depois medicina depois educação física. (Sujeito 14, feminino, 15 anos)

No primeiro depoimento é possível observar que apesar do sonho de seguir determinada profissão, o adolescente em situação de vulnerabilidade e risco em decorrência da pobreza tem consciência das dificuldades a serem enfrentadas, consequentes do sistema capitalista que o impossibilita muitas vezes de realizar seus sonhos.

Com relação ao grupo B os adolescentes não apresentam objetivos ou metas a serem alcançadas futuramente com relação à profissão.

Qualquer uma melhor que a que eu trabalho (Sujeito 6, masculino 18 anos).

Vontade não tenho de ser nada, mas gosto de mexer com som. (Sujeito 3, masculino, 18 anos).

Conforme dito anteriormente, é possível observar que tais adolescentes se limitam apenas no presente, deixando de pensar no futuro como se este estivesse muito distante ou até mesmo não existisse.

A seguir pode-se observar os motivos que levam os adolescentes do grupo A, a escolherem a profissão que desejam seguir no futuro:

Acho que foi por causa da minha irmã, porque ela sempre teve essa vontade de trabalhar de enfermagem, ela sempre prestou concurso, mas nunca passou. Depois ela sempre trazia livro de enfermagem essas coisas, aí ela casou foi embora, deixou os livros e eu comecei a ler tudo e eu acho que entrou na cabeça e me interessou. (Sujeito 2, feminino, 16 anos)

É um trabalho que ganha bem e tem uns parentes meus que já trabalham nisso. (Sujeito 4, masculino, 17 anos)

Porque eu acho muito interessante, você aprender e o que aprendeu ensinar para os outros. (Sujeito 17, feminino, 15 anos)

Porque é a profissão do momento. Por causa das destruições que estão acontecendo com o meio ambiente, e porque eu acho interessante. (Sujeito 18, feminino, 17 anos)

De acordo com os depoimentos é possível observar que a família tem um papel muito importante no processo de decisão do jovem, apesar do distanciamento que ocorre durante esta fase, e de serem fortemente influenciados pelos amigos.

Observou-se também que a escolha por determinada profissão está muito relacionada aos interesses individuais e coletivos, pois revela a preocupação consigo mesmos, com os outros e até mesmo com o meio ambiente.

Entre os adolescentes do grupo B percebe – se que suas escolhas são determinadas pela realidade em que vivem, como relatam:

Vontade de ser alguém. (Sujeito 1, feminino 16 anos).

Sei lá, não vou conseguir estudar. (Sujeito 3, masculino 18 anos).

Onde trabalho é muito ruim. (Sujeito 6, masculino 18 anos).

Por cumprirem a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida os adolescentes acabam sendo excluídos e rotulados, sentindo-se assim inferiorizados diante dos demais, o que acaba deixando-os “revoltados”, fazendo com que cometam novas infrações, por não encontrarem outra saída para a melhoria de suas vidas.

Quando questionados a respeito do que costumam fazer nas horas vagas, os adolescentes do grupo A relataram se dedicar a momentos de lazer, esporte, leitura, entre outras atividades, que se apresentam a seguir:

Eu costumo ler. Os livros que eu mais gostei de ler foram: Os Miseráveis e O Menino do Pijama Listrado. (Sujeito 2, feminino, 16 anos)

Jogar bola mesmo, ou jogar vídeo game. (Sujeito 3, masculino, 16 anos)

Nas horas vagas eu pratico esporte, futebol de campo, futebol de quadra, atletismo. (Sujeito 4, masculino, 17 anos)

Vou para escola da família quando tem, e jogo bola. (Sujeito, masculino, 14 anos)

Sair com minhas amigas. (Sujeito 9, feminino, 15 anos)

Ficar na internet, entro no Orkut, MSN, joguinho. (Sujeito 6, feminino, 16 anos)

Felizmente, a maioria dos adolescentes pesquisados, realizam atividades saudáveis nas horas vagas, tanto para o físico através do esporte, quanto para a mente através da leitura. Porém, alguns sujeitos, como é possível observar através dos depoimentos, dedicam as horas vagas a jogos eletrônicos e a sites de relacionamento via internet, o que pode ser muito preocupante, quando não existe a supervisão dos pais, o que geralmente acontece, uma vez que não estão sempre presentes na vida dos filhos devido a necessidade de trabalhar, tendo pouco ou nulo conhecimento sobre informática.

Os adolescentes do grupo B, relatam em sua maioria que dormem nas horas vagas, não costumam ocupar seu tempo com atividades produtivas como se observa diante das respostas seguintes:

Dormir. (Sujeito 1, feminino 16 anos).

Fico sentado lá na calçada com meus amigos. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

É possível observar as diferenças existentes entre os dois grupos pesquisados no que se refere também às atividades realizadas nas horas vagas, porém ambos citam novamente a companhia dos amigos, demonstrando a importância das amizades nesta fase da vida, em que os adolescentes estão construindo sua identidade.

A respeito do que pensam sobre a família, buscou-se compreender qual o significado desta instituição na vida dos sujeitos pesquisados. Abaixo, seguem as falas dos sujeitos do grupo A:

A família é difícil eu ver, porque não estão sempre em casa, um chega outro já sai. É o alicerce, meu pai e minha mãe “tratam” da gente desde pequenos agora que nós crescemos também. (Sujeito 4, masculino, 17 anos)

Significa tudo. É tudo para mim, se um dia eu perder não sei o que eu faço. (Sujeito 9, feminino, 15 anos)

Tudo. Sempre que eu preciso, nunca me deixa na mão. É a família que eu sempre quis ter. (Sujeito 10, feminino, 15 anos)

A família significa tudo. Nas horas fáceis e nas horas difíceis, significa tudo pra gente. (Sujeito 13, feminino, 15 anos)

Constatou-se que a família é de extrema importância na vida desses adolescentes, sendo considerada como um apoio, um alicerce para tudo o que precisam. Porém no mundo contemporâneo, onde as pessoas passam a maior parte do tempo no trabalho, tendo que se dedicar também aos afazeres domésticos, é comum que não tenham tanto tempo para o lazer com a família e para a convivência com os filhos, o que com certeza é de suma importância

tanto para a criança quanto para o adolescente, e que influenciará na vida adulta e nos sonhos futuros.

Apesar de toda a contradição entre os dois grupos, evidenciada durante a pesquisa, percebe-se no que se refere a família, que os valores são similares conforme os depoimentos a seguir:

Tudo na minha vida. (Sujeito 3, masculino 16 anos).

É meu tudo. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

Muito importante. (Sujeito 1, masculino 16 anos).

Tanto os adolescentes do grupo B como do grupo A, agregam muita importância à família, mostrando-se ainda dependentes desta, apesar da busca pela independência, confirmando o que sinaliza o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária:

A família permanece, todavia, como uma referência importante nesse momento em que o adolescente movimenta-se do desconhecido ao conhecido, do novo ao familiar, vivenciando a alternância entre independência e dependência, característica dessa etapa.

Quando questionados a respeito do que esperam do futuro, os adolescentes do grupo A apresentaram objetivos a serem alcançados relacionados ao trabalho, aos estudos e a família conforme os depoimentos abaixo:

Espero que seja bom, que além de tudo que eu quero eu consiga fazer minha faculdade, arrumar um emprego bom e ajudar minha família. (Sujeito 2, feminino, 16 anos)

Para mim eu espero um futuro bom, comprar minha própria casa, trabalhar e ganhar um bom dinheiro e seguir a vida. (Sujeito 4, masculino, 17 anos)

Eu espero que seja cada dia melhor, que eu não perca meus amigos, que eu consiga cursar minha faculdade, ter minha profissão, minha família. (Sujeito 10, feminino, anos)

Que eu seja alguém na vida, que eu tenha um emprego, uma família, quero casar, quero ter meus filhos, fazer a minha família, ajudar minha mãe. (Sujeito 14, feminino, anos)

Eu quero todo mundo que eu gosto vivendo bem, eu quero minha mãe do meu lado. E eu quero arrumar emprego pra ajudar minha mãe. (Sujeito 15, feminino, anos)

De acordo com os depoimentos supracitados, é possível observar que os sujeitos desejam uma vida melhor, ascensão social e/ou profissional, sendo o trabalho a mola propulsora para a conquista da casa própria, para a construção da própria família e até mesmo para ajudar a família a que pertencem, o que é a grande preocupação de muitos adolescentes desse grupo, que não pensam apenas em melhores condições de vida para si mesmos, mas também para seus entes queridos.

A seguir os relatos dos sujeitos do grupo B a respeito do que esperam:

Conseguir ser alguém. (Sujeito 1, feminino 16 anos).

Olha nem gosto de ficar pensando porque o que tiver que ser vai ser viu. (Sujeito 3, masculino 18 anos).

Uma vida melhor. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

Ser melhor do que hoje. (Sujeito 6, masculino 18 anos).

Os adolescentes do grupo B, também desejam uma vida melhor, desejam ser melhores do que são hoje, porém não têm a mesma clareza e objetividade que os adolescentes do grupo A, preferindo até mesmo não pensar no que lhes pode acontecer, pois apresentam dificuldades em estabelecer metas futuras, conforme depoimento do sujeito três.

Questionados a respeito dos sonhos que possuem e de que forma pretendem alcançá-los, os adolescentes do grupo A apresentaram respostas bastante positivas e objetivas como mostram os depoimentos seguintes:

Meu sonho mesmo é ser engenheiro, pretendo alcançar estudando e muito ainda. (Sujeito 1, masculino, 16 anos)

Que eu consiga realizar todos os meus sonhos... É coisa minha sabe. Ter uma carreira boa, o que eu mais quero é ajudar meu pai mesmo. Estudar bastante. (Sujeito 9, feminino, 15 anos)

Alcançar meus objetivos. Quero fazer faculdade pra trabalhar logo, ajudar minha mãe. Quero ser psicóloga de criancinha. Estudando. (Sujeito 11, feminino, 16 anos)

Que eu possa dar melhores condições para a minha mãe, para a minha família. Que eu tenha a minha família, uma boa condição financeira. Estudando, fazendo faculdade, todo o curso profissionalizante que der pra fazer eu vou fazer. (Sujeito 13, feminino, 15 anos)

É tirar minha mãe da roça. Estudando muito batalhando muito e um dia eu vou conseguir, se Deus quiser. (Sujeito 14, feminino, 15 anos)

Alguns são bastante específicos demonstrando a determinação em cursar uma faculdade ou determinado curso, como é o caso dos sujeitos um, onze e treze.

A preocupação com a família é uma constante em quase todos os sujeitos.

Percebe – se que relacionam a conquista do emprego com os estudos e com a necessidade de muito esforço.

Os sonhos idealizados pelos adolescentes são relacionados ao que esperam do futuro, sendo muito enfatizada novamente a preocupação com a família a que pertencem e com o alcance de um bom emprego.

Os meios que encontram para o alcance de seus objetivos são visivelmente através do estudo, o que certamente contribui para a garantia de melhores condições vida e de trabalho.

Abaixo seguem os depoimentos dos adolescentes do grupo B:

Ser Juíza. Estudando. (Sujeito 1, feminino 16 anos).

Ter uma família boa. (Sujeito 2, feminino 15 anos).

Não morar mais nessa cidade. (Sujeito 3, masculino 18 anos).

Não tenho. (Sujeito 4, feminino 17 anos).

Ser mecânico. Estudando. (Sujeito 5, masculino 15 anos).

Aumentar minha casa, trabalhando. (Sujeito 6, masculino 18 anos).

Apesar de apresentarem o interesse por seguir uma profissão e pela construção de uma família, como no grupo A, os adolescentes deste grupo, demonstram possuir apenas um sonho, sendo que um adolescente relatou não possuir sonho algum o que reforça a ideia de que estes deixam de pensar no futuro, sendo a mudança para outra cidade, uma forma de “fugir” do sentimento de revolta devido a exclusão.

Os dados coletados e apresentados neste capítulo possibilitaram a percepção das contradições existentes entre os dois grupos pesquisados, a respeito de seus pensamentos e ações.

5 CONCLUSÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso em questão teve como objetivos específicos que guiaram o estudo: caracterizar os serviços onde se inserem os adolescentes; levantar o perfil destes e suas perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos; identificar quais fatores influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida, tendo como objeto de estudo: As perspectivas de vida do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco.

Com relação à caracterização dos serviços onde se inserem os sujeitos pesquisados, o Grupo A se compõe por adolescentes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, participantes do Projovem Adolescente, e participantes do Grupo de Adolescentes no município de Macatuba. O Grupo B se refere a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida do município de Itapuí.

Quanto ao perfil dos adolescentes constatou-se que no Grupo A, predomina o gênero feminino, e no Grupo B o gênero masculino, sendo que de acordo com pesquisas bibliográficas a maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais são do gênero masculino, visto que estes passam mais tempo nas ruas enquanto que adolescentes do sexo feminino dedicam - se a afazeres domésticos e apresentam maior frequência à escola. Os adolescentes de ambos os grupos possuem entre 15 e 17 anos e residem em território de vulnerabilidade social. De acordo com observações e pesquisas sobre o território, conclui-se que o local de moradia e os aspectos socioeconômicos exercem influências sobre as escolhas dos jovens.

As famílias dos adolescentes correspondem a tipologia nuclear, apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos no que tange a sua composição. A renda familiar é baixa, e a escolaridade dos pais defasada, sendo este, importante fator que os leva a não reconhecer a importância do estudo na vida dos filhos, visto que começaram a trabalhar muito jovens, acreditando que estes devem seguir os mesmos caminhos. Porém alguns pais acreditam que

com o estudo os filhos conseguirão um emprego melhor e consequentemente uma vida melhor, o que se observou no Grupo A durante a realização da pesquisa.

Os motivos pelos quais os adolescentes estão inseridos nos serviços são distintos, visto que com relação ao Grupo A, a participação dos sujeitos existe por vontade própria, enquanto que os adolescentes do Grupo B são obrigados a participarem das reuniões por determinação judicial. Nota-se que quando a participação é voluntária existe maior entusiasmo e comprometimento, visto que os adolescentes do grupo A demonstram interesse e vontade de participar efetivamente das reuniões, contribuindo com depoimentos muito satisfatórios para a realização deste trabalho. Já os adolescentes do Grupo B, possuem pouco entusiasmo em participar das reuniões, visto que apresentam baixa frequência, mostrando-se receosos ao responderem a presente pesquisa por haverem cometido o ato infracional, acreditando na possibilidade de serem prejudicados de alguma forma.

Constatou-se que existe uma grande oposição entre os dois grupos a respeito das perspectivas com relação a escola e ao trabalho. O Grupo A demonstrou gostar de estudar, apresentando grande interesse por prosseguir os estudos e por cursar o ensino superior, reconhecendo a importância deste para suas vidas, acreditando que um futuro melhor depende das escolhas do presente, portanto se preparam para o mercado de trabalho através do estudo e da qualificação profissional. Infelizmente, apesar do desejo de continuar estudando, nem sempre isto é possível devido a necessidade de trabalhar. Nota-se necessário a ampliação da oferta de trabalho e estágios remunerados que não prejudiquem os estudos.

Apesar de reconhecer a importância dos estudos, o Grupo B não gosta de estudar e não se interessa por cursos profissionalizantes, bem como pelo ensino superior. Estes apresentam defasagem escolar, sendo um dos fatores que os levam a cometer atos infracionais, segundo pesquisas. No entanto, percebe-se que há muito que melhorar no contexto escolar, especificamente no que se refere a educação pública, de modo que os jovens se sintam motivados a estudar, frequentando a escola por prazer e não apenas por obrigação.

No que se refere aos fatores que influenciam nas escolhas e perspectivas de vida dos adolescentes, ambos os grupos demonstraram que os amigos são muito presentes em suas vidas, sendo que nesta fase distanciam-se da família para conviver com estes. Ressalta-se que a companhia dos amigos é o principal motivo pelo qual os adolescentes do Grupo B continuam frequentando a escola.

Adolescentes do Grupo A têm clareza do que querem para suas vidas e, apesar das dificuldades a serem enfrentadas devido à situação de vulnerabilidade e risco já decidiram que profissões desejam seguir, embora saiba-se que nesta fase mudam constantemente de opiniões. A escolha das profissões é influenciada principalmente pela família, o que enfatiza o importante papel desta em suas vidas.

Os adolescentes do Grupo B, não apresentaram opiniões concretas a respeito das profissões que desejam seguir, sendo suas escolhas influenciadas pelo momento presente e pelo contexto em que vivem, não acreditando em suas capacidades e potencialidades. Até mesmo sobre o que fazem nas horas vagas, as contradições são claramente percebidas, pois o Grupo A se dedica a momentos de lazer, esporte e cultura, enquanto que o grupo B ressalta a companhia dos amigos, o que destaca novamente a influência destes.

Diante de todas as contradições percebidas entre os dois grupos durante a pesquisa, a família é de extrema importância para ambos os grupos, concluindo-se que esta é a principal semelhança que apresentam.

Os adolescentes do Grupo A possuem objetivos a serem alcançados futuramente, demonstrando-se determinados a respeito do que querem, enfatizando a necessidade de garantir um futuro melhor também à família de origem. Ressalta-se que estes possuem grandes sonhos, como por exemplo, cursar uma faculdade, ter um bom emprego, construir uma família, comprar um carro, uma casa.

Os adolescentes do Grupo B, bem como do Grupo A, também desejam uma vida melhor, porém não explicitam de que forma desejam alcançar seus sonhos, sendo que alguns preferem não pensar a respeito do assunto, chegando-se a conclusão de que vivem o momento presente sem se preocuparem com o futuro, o que importa é o "aqui e agora".

A hipótese levantada inicialmente partiu do pressuposto de que os adolescentes do Grupo A acreditam na melhoria de vida através do trabalho, portanto, estão buscando cada vez mais cursos profissionalizantes, bem como a conclusão dos estudos para então serem inseridos no mercado de trabalho que se encontra cada vez mais seletivo e excludente, pois apesar da grande oferta de empregos, procuram-se pessoas qualificadas, sendo o estudo indubitavelmente o principal aliado a essa qualificação tão desejada pelo mercado. Opostamente, os adolescentes do Grupo B, não veem no estudo e no trabalho uma perspectiva de mudança, cometendo assim, atos infracionais a fim de suprir suas necessidades e de sua família com mais facilidade. Com isso se desinteressam e não se motivam para buscarem uma

vida melhor. Concomitante, em muitos casos esses adolescentes não são incentivados pela própria família a buscarem uma melhoria de vida, possivelmente pela própria situação em que vivem, um contexto muito propício a criminalidade.

O estudo demonstrou que a hipótese foi parcialmente comprovada, visto que os adolescentes do grupo A acreditam na melhoria de vida através do trabalho e estão inseridos ou buscando a inserção em cursos profissionalizantes, bem como a conclusão dos estudos para então serem inseridos em atividade laborativa, tendo consciência a respeito das exigências do mercado de trabalho.

Com relação aos adolescentes do Grupo B, concluiu-se que estes também desejam uma vida melhor e reconhecem a importância do trabalho dos estudos, porém cometem atos infracionais como o roubo e o tráfico de drogas onde encontram o que precisam para suprir suas necessidades com mais facilidade e rapidez do que através do estudo, sendo influenciados pelo meio em que vivem e principalmente pelos amigos.

Diante do exposto considera-se de extrema importância a participação da família na vida dos filhos, visto que os adolescentes do Grupo A que apresentam maior afetividade e preocupação com a família de origem possuem boas perspectivas com relação ao futuro, ressaltando a influência desta no que se refere ao estudo e ao trabalho, enquanto que os adolescentes do Grupo B, apesar de reconhecerem a importância da família, são mais influenciados pelos amigos, devido maior tempo de convivência com estes.

Enfatiza-se a necessidade de um trabalho socioeducativo com adolescentes que cometeram atos infracionais que proporcione maior envolvimento da família e da comunidade, visto que também são influenciados pelo território em que vivem, onde todos possam entendê-los como adolescentes em situação de risco, sujeitos de direitos, e não como marginais; buscando formas de reinseri-los na sociedade desconstruindo estereótipos e estigmas.

Os objetivos gerais e específicos deste trabalho foram alcançados, visto que foi possível comparar as perspectivas de vida dos adolescentes, caracterizar os serviços em que estão inseridos, o perfil destes e suas perspectivas em relação ao trabalho e aos estudos, bem como identificar os fatores que influenciam em suas escolhas e perspectivas de vida.

Sugere-se para os próximos trabalhos de conclusão de curso, um estudo sobre o uso indevido de substâncias psicoativas na adolescência, visto que esse assunto não foi aprofundado neste trabalho, podendo ser este também um dos fatores que levam os

adolescentes a cometerem atos infracionais. Considera-se também importante a realização de um estudo sobre as oportunidades de trabalho para os jovens, sendo que muitas vezes os cursos profissionalizantes voltados a este público não atendem as necessidades do município ou da região a que pertencem.

REFERÊNCIAS

ALENCAR. Mônica Maria Torres de. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família.** In.: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Organizadores). Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos, 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Adolescências, juventudes e socioeducativo:** concepções e fundamentos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1. ed. 2009

_____, **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei Nº 8.069, DE 13-7-1990. São Paulo: Atlas, 14. ed., 2003.

_____, LEI no 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm>. Acesso em maio de 2010.

_____, **Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social nº 01** – junho de 2006 - Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Disponível em<www.mds.gov.br>. Acesso em agosto de 2010.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.14, n. 26, p. 01-71, jul./dez.2010.
CASTELHANO, Marcella; FERRAZOLI, Mayara; MUNIZ, Egli. Perspectivas de vida do adolescente na sociedade capitalista.

_____, **PLANO Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, Brasília: Conanda, 3. ed., 2006.

_____, **Política Nacional de Assistência Social**, Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, publicada no DOU em 28 de outubro de 2004.

CAMPOS, Bárto Paiva. **Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social**. Porto: Edições Afrontamento, 1. ed., 1991.

CARMO, Sergio Paulo. **Juventude no Singular e no Plural**. Cadernos Adenauer II, nº 06, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dez.2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 4. ed.,2004.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 1. ed.,2001.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno. São Paulo: Cortez, 7. ed., 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. São Paulo: Papirus, 9. ed., 2004.

DIEHL, Astor Antonio, TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo. Pearson Education, 4. ed., 2004.

EDUCAÇÃO NO BRASIL. Disponível em:
www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>. Acesso em maio de 2010.

FONTANA, Maria Inês. **Pesquisa em Serviço Social II**. Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru, 2010. 63 p, (Mimeog).

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.14, n. 26, p. 01-71, jul./dez.2010.
CASTELHANO, Marcella; FERRAZOLI, Mayara; MUNIZ, Egli. Perspectivas de vida do adolescente na sociedade capitalista.

HOUAISS. Antonio. VILLAR, Mauro de Salles / FRANCO, Francisco Manoel de Mello.
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 1. ed., 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Disponível em:
<www.seade.gov.br/produtos/ipvs/municipios_pdf.php>. Acesso em outubro de 2010.

LEAL, Maria Cristina. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais.** In.: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Organizadores). Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos, 2. ed. – São Paulo:Cortez, 2004.

LESSA, Felipe. **Metade dos jovens sofre privação no Brasil.** Prima Página. Montevideo, 2009. Disponível em: <www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3371&lay=pde> Acesso em Agosto de 2010.

LOSACCO, Silvia. **O Jovem e o contexto familiar** in.: ACOSTA, Ana Rojas, VITALER, Maria Amália Faller. (org) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo. Cortez, 2. ed., 2005.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família Brasileira: A base de tudo.** São Paulo: Cortez, 5. ed., 2002. 183p.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio-construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez. 2. ed., 2002.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.) **Pesquisa Qualitativa: Um Instigante Desafio.** São Paulo. Veras Editora, 1. ed., 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.14, n. 26, p. 01-71, jul./dez.2010.
CASTELHANO, Marcella; FERRAZOLI, Mayara; MUNIZ, Egli. Perspectivas de vida do adolescente na sociedade capitalista.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "Questão Social". In: **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano2, nº3.(jan./jul. 2001). Brasília: Abepss/Graflin, 2001.

PETRINI João Carlos. **Pós-modernidade e família**. Bauru: Edusc, 2. ed., 2003.

PIOVESAN. A.; TEMPORINI, R. E. Fundamentos da Pesquisa Exploratória. Disponível em: <www.scielo.org> Acesso em: Outubro de 2010.

PLANO Municipal de Assistência Social. Itapuí: 2009

PLANO Municipal de Assistência Social. Macatuba: 2009

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 3. ed., 1999.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: RECORD, 1. ed., 2003.

SBARAGLINI, Gislaine Fátima; PACCOLA Tamires Anisley. **Articulação dos programas de transferência de renda com a rede socioassistencial**. 2009. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Serviço Social de Bauru, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, SP.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 1. ed., 2004.

TIBA, Içami. **Adolescentes: Quem Ama Educa**. São Paulo: Integrare,15. ed., 2005.

VOLPI. Mario. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2002.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez,5 ed. 2006.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.14, n. 26, p. 01-71, jul./dez.2010.
CASTELHANO, Marcella; FERRAZOLI, Mayara; MUNIZ, Egli. Perspectivas de vida do adolescente na sociedade capitalista.

ZAGURY, Tania. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 5. ed., 1996.